



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA
POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ.

RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO
2020

Curitiba 09 de março de 2021

Sumário

1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	6
2 - <u>DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E COMPROMISSOS GERAIS</u>	7
3 - <u>PLANO DE TRABALHO 2017</u>	8
4 - <u>PLANO DE TRABALHO 2018</u>	8
5 - <u>PLANO DE TRABALHO 2019</u>	10
6 - <u>PLANO DE TRABALHO 2020</u>	11
7 - <u>PRINCIPAIS AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS NO ANO DE 2020</u>	13

ABREVIATURAS

1. PSR – População em situação de rua, ou pessoa em situação de rua;
2. CIAMP RUA/PR – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;
3. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
4. SEJU/PR - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos;
5. IMAP/Curitiba - Instituto Municipal de Administração Pública da Prefeitura Municipal de *Curitiba*;
6. FAS/Curitiba – Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba;
7. MPPR-CAOPDH - Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos;
8. DPPR – Defensoria Pública do Estado do Paraná;
9. DPU – Defensoria Pública da União;
10. SEJUF – Secretaria da Justiça, Família e Trabalho;
11. SEED – Secretaria de Estado da Educação;
12. COPED – Conselho Permanente de Direitos Humanos;
13. CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social;
14. UPA – Unidade de Pronto Atendimento;
15. CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas;
16. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;
17. CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
18. COMITÊ – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;
19. GT – Grupo de Trabalho;
20. SINAN – Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação;
21. COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná;

22. POPRUA – População em Situação de Rua;

23.CRP – Conselho Regional de Psicologia;

1 - INTRODUÇÃO

O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua – CIAMP Rua, foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.405 de 15 de setembro de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, seguindo as diretrizes do Decreto Nacional nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional da População em Situação de Rua.

O CIAMP Rua/PR é uma instância de gestão intersetorial de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento e monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Tem por finalidade possibilitar e auxiliar a implementação e monitoramento das Políticas Públicas voltadas a este segmento em todas as esferas da Administração Pública no Estado do Paraná, a fim de garantir a promoção e proteção dos direitos humanos e exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua no Estado do Paraná.

Em data de 14 de fevereiro de 2017, foi dada posse aos membros do CIAMP Rua, em solenidade específica, pelo Secretário de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Artagão Junior.

Na gestão do biênio 2017 – 2018, fizeram parte do CIAMP Rua/PR com direito a voto, os membros indicados que representam os órgãos governamentais:

- Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU;
- Secretaria de Estado da Educação – SEED;
- Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS;
- Secretaria de Estado da Saúde – SESA.
- Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP;

Bem como, cinco entidades representantes da sociedade civil organizada:

- Casa da Acolhida São José;
- Fraternidade Aliança Toca de Assis – TOCA;
- Instituto Nacional da População de Rua – INRUA;
- Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR;
- Pastoral do Povo de Rua.

Na gestão do período de 2019 – 2020, houve alterações na área governamental decorrente da fusão das Secretarias SEJU e SEDS (justiça e assistência social), ficando: Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, possuindo duas vagas no Comitê representando a assistência social e a justiça. Os demais órgãos governamentais permaneceram inalterados. Na área da Sociedade civil, houve uma alteração: saiu a Fraternidade Aliança Toca de Assis e entrou o Conselho Regional de Psicologia – CRP. As demais instituições da sociedade civil, permaneceram inalteradas.

Entretanto, o ano de 2020 foi muito diferente de toda e qualquer programação e Plano de Trabalho preparado para ser desenvolvido durante o ano. Começou tranquilo, acontecendo as reuniões plenárias de fevereiro e início de março, da mesma forma que nos anos anteriores. Então, de repente tivemos parar tudo, pois aconteceu o lockdown pela pandemia à saúde pelo COVID 19. A partir do mês de maio, nos reinventamos, tomando fôlego, recomeçamos através de atendimentos e reuniões realizadas via-online, para a proteção e a saúde todos. Mesmo porque a população em situação de rua estava vulnerabilizada em meio a pandemia, e precisávamos garantir que não estivesse desassistida. Ademais, segundo semestre de 2020, finalizando esta gestão, mesmo em meio à pandemia à saúde pelo covid 19, realizamos a eleição do CIAMP Rua/PR, inclusive interiorizando o Comitê, disponibilizando duas vagas para o interior do Paraná, os quais participarão das reuniões via on-line, não precisando se deslocar de seus municípios.

Além das diversas atribuições do CIAMP Rua/PR previstas no seu Decreto de criação, algumas comentadas acima e abaixo, uma delas é a de elaborar e apresentar anualmente o Relatório Circunstanciado à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, ao departamento competente e à sociedade. O presente Relatório Circunstanciado vem com a intenção de apresentar todas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no período de 2020.

2 - DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E COMPROMISSOS GERAIS

O Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua, de natureza intersetorial, celebrado entre a União e o Estado do Paraná, exige ação conjunta das seguintes políticas públicas:

- Assistência Social;
- Cultura;
- Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Direitos Humanos;
- Educação;

- Esporte e Lazer.
- Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Segurança Pública e Justiça;
- Trabalho e Emprego;

Constituem as prioridades e compromissos eleitos pelos partícipes celebrantes deste Termo:

1. Consolidação e implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
2. Proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas em Situação de Rua; e
3. Combate à violência.

3 - PLANO DE TRABALHO 2017

Para o plano de trabalho do ano de 2017, os eixos escolhidos foram os que seguem:

- a. Realizar o levantamento de todas as políticas públicas em benefício da população em situação de rua, que estão implantadas e em andamento no Estado do Paraná;
- b. Sugerir melhorias nas políticas públicas para pessoas em situação de rua na área da Segurança Pública; Trabalho e emprego; Habitação e Moradia; e também na Educação.

Destes eixos, foram trabalhados durante o ano as áreas de: Segurança Pública, do Trabalho, Emprego, Habitação e Moradia. Dada a complexidade e amplitude das duas áreas anteriores (Habitação e Moradia), os assuntos foram estendidos por várias reuniões. Em razão disso, as discussões e encaminhamentos referentes à área da Educação foram postergados para 2018, por decisão unânime do CIAMP Rua Estadual.

O relatório circunstanciado completo do ano de 2017 está disponível no link:

<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua> >.

4 - PLANO DE TRABALHO 2018

O Plano de Trabalho para 2018, foi idealizado e aprovado pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua – CIAMP Rua PR, que atua com natureza intersetorial em ação conjunta das seguintes políticas públicas: justiça, direitos humanos, cidadania, segurança pública, trabalho e emprego, moradia e habitação, assistência social, educação e saúde.

Os eixos escolhidos foram:

- a. Divulgação e fortalecimento da Política para População em Situação de rua;
- b. Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua no Estado do Paraná
- c. Pauta Permanente: desenvolver estratégias de enfrentamento à violência letal, bem como, institucional e difusa contra a população em situação de rua;
- d. Disseminar o direito à moradia como estratégia prioritária para a superação da situação de rua;

Foram realizadas no ano de 2018, 11 reuniões ordinárias do CIAMP Rua, com destaque da reunião do mês de agosto, quando aconteceu a primeira Reunião Ordinária Ampliada, com a presença do município de Curitiba e de diversos municípios da Região Metropolitana, assim como, outros de maior porte populacional do interior do Estado, tal como, Guarapuava, Londrina, Maringá, Umuarama e Foz do Iguaçu. O CIAMP Rua/PR com todos os seus membros, realizou uma reunião diferenciada, dando oportunidade a todos os municípios presentes a fazerem apresentação de seus equipamentos e trabalhos, bem como, diálogo aberto para perguntas e respostas. Além desta importante reunião, no ano de 2018 aconteceram avanços com a interiorização das Políticas para as pessoas em situação de rua, por iniciativa do MNPR e apoio da SEJU, com três Seminários de Políticas Públicas para este segmento da população: em maio foi em Foz do Iguaçu, com a presença de representantes governamentais da Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai, Argentina e municípios vizinhos – palestrando Ministério Público de Direitos Humanos, Defensorias Públicas Estadual e da União, Ministério de Direitos Humanos, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, a Prefeitura de Foz do Iguaçu, bem como, Movimento Nacional da População em Situação e Rua e Instituto Nacional da População em Situação de rua.

Em setembro aconteceu o Seminário em Cascavel com a presença de diversos municípios, onde pela manhã foi Oficina com os profissionais de Cascavel que atuam diretamente com a pop rua e a tarde foi aberto para a população em geral – palestrando o Coordenador-Geral da Política Nacional da População em Situação de Rua, e a Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Paraná.

No mês de novembro aconteceu o último Seminário do ano em Londrina, no Ministério Público da Justiça do Estado do Paraná – Comarca de Londrina, com a presença de representantes de municípios vizinhos, onde o Ministério Público e os membros governamentais do CIAMP Rua/PR estiveram palestrando – Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária, e Companhia de Habitação do Paraná, bem como, representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Deste último Seminário, foi elaborada e aprovada, uma Carta de Intenções que será entregue pelo MNPR ao Secretário da Justiça, Família e Trabalho, sobre as necessidades prioritárias nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

O relatório circunstanciado completo do ano de 2018 está disponível no link:

<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua> >

5 - PLANO DE TRABALHO 2019

O Plano de trabalho de 2019 foi pensado coletivamente no cronograma de ações, sendo que algumas propostas são repetidas por serem contínuas. Foi realizado na forma de apresentação em metas, atividades, recursos necessários para que sejam desenvolvidas ações, responsáveis e o prazo, para que cada segmento responsável pela ação tenha tempo hábil para preparação de materiais necessários para a realização.

Os eixos foram: Divulgação e fortalecimento da Política da População em Situação de Rua; Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua; Pauta Permanente sobre Enfrentamento à Violência e Luta pela Moradia – Habitação e outros.

As ações: Sensibilizar municípios para a criação do CIAMP Rua Municipal e fazer Adesão à Política Nacional da População em Situação de Rua; Apresentar o CIAMP Rua Pr dos Conselhos Estaduais; Elaborar a produção de materiais gráficos; Nota Técnica sobre o tema população em situação de rua; GT Educação – com a troca de gestores, a campanha não foi autorizada pela SEED; Dia de Luta da população em situação de rua – 19/08; Campanha moradia para a população em situação de rua – continua; Dados – Levantamentos: SEJUF/DAS > Censo Suas e CadÚnico; SESP > Boletim de ocorrência; Participar de reuniões, seminários, eventos – divulgando a política e o CIAMP RUA PR - contínuo; Videoconferência – com os CIAMPs já existentes, parceria possível com SEJUF e SESA.

Foram realizados no ano de 2019: 11 reuniões ordinárias do CIAMP Rua, 1 reunião extraordinária e uma reunião ampliada. Dentre os encaminhamentos realizados, destacam-se: finalização do processo de eleição 2018 (período de vigência 2019/2020), apresentação e aprovação do Plano de Trabalho do respectivo ano. O IBGE comunicou a criação de dois novos Grupos de Trabalho para atualização do CENSO POP RUA 2020. Ressaltou-se a importância da elaboração (ainda em 2019) do Plano Estadual da Política da População em situação de Rua para o período de 2019-2022. Houve diálogo com os técnicos da FAS sobre a busca de mecanismos para recolhimento e atualização de dados nos Centros POP. A Coordenação do CIAMP Estadual explicou ao Sr. Thiago Ferro – Presidente da FAS – sobre o Projeto Moradia Primeiro (housing first) e enfatizou sobre levar o projeto ao conhecimento do prefeito de Curitiba. Ocorreu uma reunião com a Coordenadora do projeto Consultório na Rua que explicou sobre atendimento do às

gestantes PSR. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho para criação de protocolos de encaminhamentos da Rede para a mãe gestante PSR.

Com relação as políticas de moradia, foi feito contrato com a COHAB com disponibilização de imóveis à FAS para reforma e posterior contemplação aos usuários. Sobre o uso de recurso estadual pelos municípios, foi elaborada uma orientação técnica com sugestões de investimento para atendimento das demandas municipais.

Contemplou-se o trabalho desenvolvido pelo projeto Hotel Morada Nova – Vida (projeto da prefeitura de Curitiba com o Governo Federal) bem como o novo projeto: Morada Nova II no qual está prevista atenção aos moradores para tratamento de recaída. Foi apresentado o relatório POP Rua CPSE que abordou sobre o panorama dos serviços para a População em Situação de Rua e as dificuldades relatadas pelos municípios.

No eixo Moradia/Habitação para pessoas em situação de rua, o palestrante Tomás Melo fez a apresentação do Projeto Moradia Primeiro, o qual tem a concepção de colocar a pessoa em situação de rua numa moradia e então atendê-la de forma multiprofissional, que é um diferencial aos projetos etapistas já existentes.

No mês de julho, ocorreu a Reunião Ampliada com os municípios, na qual Dr. Marco Antônio da Rocha palestrou: “Pessoas em Situação de Rua – Desconstruindo a Invisibilidade!”, na qual foi ressaltada a importância de quantificar e qualificar a população em situação de rua. Para a Ação do Dia 19 de agosto – Dia Nacional da luta contra a violência que sofre a população em situação de rua foi criado um flyer especialmente para 2019. Durante a reunião ampliada os municípios presentes tiveram a oportunidade em trazer seus dados de atendimentos às pessoas em situação de rua.

O Paraná concretizou a celebração da adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua. O IBGE propôs-se a fazer em 2020 o censo da População em Situação de Rua que estiverem em domicílios coletivos, domicílios sociais, Domicílios improvisados: embaixo de pontes e viadutos, somente em locais que possa haver Georreferenciamento.

O CIAMP Rua/Pr apresentou os CIAMPs municipais já existentes no Paraná, e reforçou sobre difundir a política para as pessoas em situação de rua em todo o Estado, e subsidiar tecnicamente os municípios para a criação dos CIAMPs Rua Municipais. Houve a aprovação e apresentação da Carta de Preposições 2019, com seus 14 itens, os quais versam sobre diretrizes a serem implementadas e fortalecidas pelos governos do Estado e dos Municípios, para preservar os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Foi abordado também a Capacitação da Segurança Pública no para melhor atendimento as pessoas em situação de risco.

Considerou-se que as secretarias e órgãos envolvidos com as políticas para as pessoas em situação de rua deveriam mostrar um relatório anual das ações realizadas para

fazer um balanço. Foi enfatizando que Estado/CIAMP faz o Relatório Circunstanciado anual de todas as ações realizadas, este é enviado aos municípios e publicado no site da SEJUF onde todos podem ter acesso. Em agosto houve o encaminhamento do Ofício referente às decisões da reunião extraordinária, sobre o Projeto Inverno 2019.

Em setembro foi aprovado a Criação do GT Temporário cujo objetivo é o de criar um documento de Unificação de Procedimentos para Encaminhamentos de Acolhimento, de um município para o outro. Sobre o inverno POPRUA, 9 municípios encaminharam as devolutivas de relatório ao CIAMP Rua/Pr para análise. Os migrantes vindos da Venezuela, têm autorização oficial para entrarem por Roraima, e para não ficarem em situação de rua, foi informado para encaminhá-los ao CEIM – Centro Estadual de Informações para Migrantes e refugiados situado em Curitiba/PR.

No mês de outubro ocorreu a proposta sobre distribuição de absorventes higiênicos para as mulheres em situação de rua. Sobre as dificuldades das pessoas em situação de rua em conseguirem registrar o Boletim de Ocorrência (necessário para confecção do RG), visto a falta de acesso a computadores, foi proposto que a demanda fosse apresentada a SESP para que o morador de rua tenha acesso ao boletim de ocorrência nas delegacias onde vão fazer o RG. Assim, foi encaminhado ofício à Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, com o relato da situação exposta, solicitando providências.

O CIAMP Rua/Pr fez o acompanhamento dos eventos em benefício de pessoas em vulnerabilidade e risco. Sobre os canais de transparência, foram informados que todos os documentos do Comitê estão sendo disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho onde toda a população pode acessar. Ocorreu a distribuição de materiais impressos – cartazes da Declaração Universal de Direitos Humanos e Cartilhas com orientações para os técnicos para conseguirem as documentações que pessoas em situação de rua necessitem. Foi enfatizado a importância do Plano Estadual da Política da População de Rua do Paraná, pois tem-se a legislação do decreto do CIAMP, mas não a política criada, diante disso, foi proposto a elaboração do Plano estadual (previsto em decreto) pelo mínimo de quatro anos, bem como a Construção da Política Estadual para a População em Situação de Rua.

O relatório circunstanciado completo do ano de 2019 está disponível no link:

<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua> >.

6 – PLANO DE TRABALHO 2020.

O Plano de Trabalho de 2020, proposto pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua – CIAMP Rua PR, que atua com natureza intersetorial em ação conjunta das seguintes políticas públicas: justiça, direitos humanos, cidadania, segurança pública, trabalho e emprego, moradia e habitação, assistência social, educação e saúde, Ministério Público do Trabalho e de Direitos Humanos, Defensoria Pública Estadual e da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa. Dentre estas, constituem como compromisso geral do CIAMP Rua PR:

- Consolidação e implementação das Políticas para a População em Situação de Rua no Paraná;
- Proteção e promoção dos direitos humanos fundamentais das pessoas em Situação de Rua;
- Combate à violência.
- Moradia e Habitação.

Conforme deliberações do Comitê CIAMP Rua PR, os eixos norteadores para o ano de 2020 são:

- Divulgação e Fortalecimento da Política para a População em Situação de Rua;
- Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua no Estado do Paraná;
- Pauta permanente sobre enfrentamento à violência e a luta pela moradia, habitação e outros;
- Instituir o Plano Estadual para a População em Situação de Rua.

Objetivo das ações previstas:

- Fortalecer a Rede de Proteção para as pessoas em situação de rua;
- Fortalecer a Política PSR e a atuação do CIAMP RUA PR com a instituição da Política Estadual PSR.

- Editar o Relatório Circunstanciado das ações PSR de 2020.
- Realizar Reunião Ampliada no mês de agosto;
- Realizar 11 reuniões Ordinárias em 2020;
- Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência letal, bem como, institucional e difusa contra a população em situação de rua;
- Finalizar a nota técnica sobre a Pop Rua e o projeto moradia primeiro, para novas recomendações aos municípios;
- Criar a Minuta do Plano Estadual PSR;
- Viabilizar estratégias para a criação do Plano Estadual PSR.

O relatório circunstanciado completo do ano de 2020 está disponível no link:

<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua>

PRINCIPAIS AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS NO ANO DE 2020

Na sequência, segue tabela onde estão elencadas as ações e encaminhamentos realizados em 2020, pela Política Estadual para a População em Situação de Rua e pelo Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua do Estado do Paraná.

JANEIRO		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
JANEIRO	Relatório Circunstanciado 2019.	Preparo e envio do Relatório Circunstanciado de todas ações realizadas em 2019 pela Política da População em Situação de Rua e pelo Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua.
	Preparo do calendário de reuniões do CIAMP Rua.	Elaboração do calendário de reuniões do ano.
	Análise e encaminhamento de protocolos.	Análise e encaminhamento dos protocolos: 16.034.554-3; 15.901.647-1; 15.863.390-6 – todos reacionados às políticas em benefício da população em situação de rua.
	Análise do Plano de trabalho 2019	Analisando o Plano de Trabalho 2019 – quais ações foram cumpridas – 70% de cumprimento dos eixos: Eixo 1 – Divulgação e fortalecimento da Política POP Rua;

		<p>Eixo 2 – Acompanhamento das Ações realizadas/ Publicidade das Ações;</p> <p>Eixo 3 – Enfrentamento à violência – Luta pela moradia;</p> <p>Finalizada a análise do que foi realizado: dos objetivos com as ações e metas propostas no Plano de Trabalho CIAMP Rua Pr 2019. Análise enviada aos membros e especialistas.</p>
	Preparação da Pauta para reunião de fevereiro	<p>Preparação da pauta para reunião de fevereiro: Banheiros Públicos; Transporte Social; Moradia Primeiro; Aprovação do Relatório Circunstanciado; Aprovação do Plano de trabalho de 2019 e início do planejamento 2020.</p> <p>Solicitação de Pauta aos membros do Comitê.</p>
	Reunião Interna Planejamento 2020	<p>Dulce e Amélia – Decidem utilizar as 13 preposições da carta de 2019 para desmembrar em ações e organizar essas Ações para o Plano Estadual.</p>
		<p>Realizado o Planejamento PSR 2020 para o DEDIF; Reescrita orientação técnica do Projeto de Lei nº254/2019. Elaborada a Minuta do Plano de Trabalho 2020 do CIAMP Rua/PR.</p> <p>Iniciada a Minuta para alteração do decreto nº2.405 de 15 de setembro de 2015.</p> <p>Evento Lançamento Comitê Combate Preconceito Religioso.</p> <p>Enviada a convocação da Reunião Ordinária do dia 11/02/2020 CIAMP RUA/Pr, com pauta e memória.</p>
FEVEREIRO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
FEVEREIRO	Política Estadual da População de Rua	<p>Construir um projeto de lei com orçamento na área de habitação, na saúde, e na assistência. Por que na mesma hora que se pensa na moradia de Curitiba, tem que ter</p>

		<p>também recurso para manter esses acolhimentos das casas de passagem, pois tem aqueles que acabam querendo ficar. Pensar como inserir no projeto de lei o orçamento. Dialogar com o Conselho Estadual de Assistência Social, para verificar como pode ser inserido este orçamento, aumentando os valores atuais e dialogando com a secretaria também.</p>
	<p>Formação Para os Membros Ciamp Rua/Pr.</p>	<p>Os membros solicitam uma capacitação aos titulares e suplentes, para entenderem melhor como funciona o Comitê e quais são as atribuições deste e dos Membros e convidados especialistas.</p>
	<p>Censo da população em situação de rua</p>	<p>Foi decidido criar um Grupo de Trabalho Temporário para decidir este ponto e o anterior. O GT será composto pelos seguintes representantes: MP, MNPR, SEJUF, Pastoral do Povo da Rua, OAB, INRUA, DPU, e CRP. Irão convidar outras pessoas que se interessam pela política poprua. Este grupo poderá ser subdividido em dois ou mais, conforme houver necessidade.</p> <p>A primeira reunião do GT ficou marcada para o dia 10/03/2020, das 09h às 12h da manhã.</p>
	<p>Agenda de Reuniões Externas</p>	<p>Sr. Leonildo tem uma proposta para o calendário, incluindo reuniões externas. Escolher duas cidades, uma no primeiro semestre, outra no segundo; que possamos fazer audiência pública, um seminário e ouvir demandas daquela região. Ano retrasado foi realizado em Londrina e vários municípios participaram. Ano passado foi em Cascavel. Colocaríamos a garantia que o coletivo decidiria qual cidade seria o próximo evento, e também quais municípios não precisariam ir, pois já foi feito, como Foz do Iguaçu, Londrina e Cascavel. Acha que deveria ser feito no município de Maringá, que tem o CIAMP, mas o Centro Pop o prefeito mandou fechar, tirou do espaço para colocar dentro do atendimento.</p>

	Mapeamento dos Serviços para a POP Rua no Estado do Paraná.	Sr. Leonildo do MNPR e o Tomás do INRUA, sugeriram acrescentar outro ponto de pauta: Pedir para as regionais um mapeamento dos serviços para a POP RUA no Paraná. Ficou para ser decidido em outra reunião como será feito.
	Apresentação e Aprovação do Relatório Circunstancia do 2019.	Relatório aprovado. Publicado no Portal do CIAMPRua/PR, no site da SEJUF.

MARÇO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
	Censo da População de Rua do Paraná.	Foi comentado que Censo terá que ser feito pelos municípios, cidade por cidade e isso já foi percebido que depende muito dos gestores e de recursos.
	Apresentação e Aprovação da Análise do Plano de Trabalho 2019.	<p>Apreciado e aprovado.</p> <p>Publicado no Portal do CIAMPRua/PR, no site da SEJUF.</p>
	Analisar a Minuta do Plano de Trabalho 2020.	Analisada e Aprovada por todos.
MARÇO	<p>Plano de Inverno para a PSR</p> <p>Legislação sobre a Política para a PSR no Paraná e outros Estados</p>	<p>Informativo da Fundação de Ação Social – FAS Prefeitura de Curitiba, Sobre o Plano de procedimentos para Ações Específicas de Inverno para a População em Situação de Rua. Sr. Leonildo toma a palavra ponderando que como só temos o relatório de Curitiba, melhor esperar; não adianta apresentar um só. Foi decidido aguardar a resposta dos demais municípios inquiridos (oficiados) para realizar um relatório geral.</p> <p>O Sr. Tomás desenvolveu informações sobre as leis de Minas Gerais e de São Paulo, com definição e principais objetivos o qual foi analisado e comentado no momento da apresentação com ponderações de melhorias para Lei do Estado do Paraná. Foi comentado que é criada a política, depois o comitê, mas no nosso Estado do Paraná tem o decreto o qual já foi criado o comitê; este existe para fiscalizar a política, mas não temos a política criada por Lei, existe de fato mas não de direito. Tomás</p>

		<p>entende que a lei do Estado de São Paulo é mais completa. A Lei Estadual 16.574 é uma cópia da Lei Nacional. Explicando o que é População em situação de rua, da vulnerabilidade insegurança e descaso também por parte da sociedade. Disse que a população tem o direitos previstos, mas é necessário fortalecer; a ideia é acrescentar o que não está na lei de São Paulo. Também comentou sobre a violência com a população. Indagou a opinião dos representantes sobre o que é a Política Pública? Na discussão foi avaliada toda a lei, com algumas observações, que a lei nacional é igual a estadual de Minas Gerais e de São Paulo, é o mesmo do CIAMP Nacional, os princípios são iguais. Na Lei de São Paulo tem algumas coisas que não tem nas outras; acha bom acrescentar essa ideia na elaboração. Outra observação é que na lei de São Paulo fala na escolha entre ir e vir de um município ao outro. O Decreto 7053, fala da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas, sendo o CIAMP um Colegiado que elabora proposições para a mesma. Quanto a questão de a pessoa ter livre circulação entre os municípios e a permanência nos municípios que forem convenientes à manutenção de sua vida e dignidade conforme a opção de cada indivíduo, é um direito que eles têm, mas que sempre é violado; então se deve reforçar isso no projeto de lei.</p>
<p>ABRIL 2020</p>		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
<p>ABRIL Neste mês, por conta dos Decretos pela pandemia á saúde pelo COVID 19 foram realizadas reuniões técnicas on-line para compor as diretrizes</p>	<p>Ações para proteção da PSR e outros grupos vulneráveis frente a Pandemia COVID-19</p>	<p>A técnica convidada Ana Raggio, contextualizou o surgimento do grupo de trabalho criado visando a proteção dos vulneráveis no Estado do Paraná durante a pandemia, trazendo que a iniciativa se deu por determinação do Secretário de Estado da SEJUF, para que os Departamentos DEDIF e DEJUS buscassem construir orientações diretrizes, para a proteção de grupos vulneráveis durante a pandemia, dialogando com o Sistema de Justiça.</p>

para o atendimento à poprua.		
------------------------------	--	--

	<p>Necessidades informadas para a PSR durante a pandemia</p>	<p>Durante a primeira reunião do coletivo, a população em situação de rua foi trazida como um dos grupos em situação de maior vulnerabilidade durante esse período. Por isso foi criado um subgrupo, para dialogar especificamente sobre as Diretrizes para a proteção das pessoas em situação de rua.</p> <p>Foi destacado pelo MNPR e INRUA, que existe a ausência de água, banheiro e alimentação nas praças, deixando a população em situação de rua desassistida. Rui Barbosa, Tiradentes e Rodoviária fecharam banheiros. Trouxe que Curitiba fechou o segundo centro pop e que a sociedade civil tem se mobilizado para fazer e entregar alimentos. Temos em torno de 2 mil pessoas em situação de rua em Curitiba. Lembrou que MPPR e DPPR têm emitido orientações sobre atendimento à população em situação de rua. Thomás informa que o MNPR e o INRUA não costumam entregar comida, mas outras instituições que costumavam fazer entrega, não estão fazendo devido ao pânico instaurado pela COVID, motivo pelo qual estão fazendo esse trabalho.</p> <p>Sr. Thomás informa que, com relação ao atendimento da FAS, entende que aumentou o número de vagas, reordenou, mas a população não está aderindo. Ainda há mais pessoas do que vagas e, ainda, existe um perfil que não adere ao acolhimento. Essas pessoas, em especial, precisam de acesso à água e alimento. Reitera o pedido de aluguel social para as pessoas que não aderem ao atendimento coletivo, sobretudo aquelas em situação mais grave, as mais difíceis de se abordar. Destaca que o Município de Curitiba não regulamentou o aluguel social ainda.</p>
	<p>Ações Município de Curitiba diante da Pandemia COVID-19.</p>	

Não sabe como estão as pensões, mas sabe que parte delas fechou. Pondera que as pensões seriam o acesso mais rápido emergencial. Ressalta que espaço de referência para pessoas terem acesso à água e alimentação é o mais emergencial. Questionando a possibilidade de uso de ginásios e estádios. Traz que as pessoas não estão podendo pedir dinheiro e comida graças ao comércio fechado.

Dom Francisco (convidado para a reunião) coloca que as atividades da sociedade civil não podem substituir o Estado, mas, ainda assim, a Pastoral do Povo da Rua e a Ação Social do Paraná, ambas da Arquidiocese de Curitiba, estão atendendo junto à praça Rui Barbosa.

Dra. Mariana compreende que alimentação, água e banheiro são as maiores preocupações. Restaurantes Populares em outros estados estão servindo mais refeições por dia e sem cobrança. Sugere que seja feito o mesmo em Curitiba. Dr. Antônio (DPPR) percebe a dificuldade de atender as pessoas que não aderem ao atendimento da FAS, especialmente face à ausência das instituições da sociedade civil que complementavam esse trabalho. Lembra que DPPR e MPPR já emitiram recomendações sobre isenção de taxas e questiona se os restaurantes estão em funcionamento e o número de refeições que estão sendo servidas pela FAS.

Solicita que as recomendações sejam atendidas. Pergunta onde a população pode encontrar banheiros disponíveis. Por fim, gostaria de saber o número de vagas abertas, divididas por público. Cláudia Estorilho (FAS) contextualiza que desde o começo de março a FAS tem buscado formas de atendimento adequadas à saúde e humanitárias. Traz que existem duas unidades para pessoas com suspeita de COVID-19, por orientação da unidade de saúde (uma de mulheres e outra para homens); e uma unidade para acolhimento de pessoas no grupo de risco. O Centro Pop foi fechado por orientação da Secretaria de Saúde, para que não haja trânsito de pessoas. Informa que indígenas retornaram para suas aldeias por vontade própria com auxílio do município. Explica que está havendo reordenamento dos locais de atendimento em razão do fechamento dos Centros Pop, pois essas pessoas foram encaminhadas para acolhimento institucional. Expõe que a FAS está encontrando dificuldade de encontrar novo imóvel, pela não disponibilização de imóveis por parte dos proprietários. Os CRAS estão fazendo atendimento por meio de 40 telefones disponibilizados. Os CREAS, por sua vez, estão em funcionamento devido ao grande número de violências que ainda ocorrem. Concorde que o momento é para união.

Claudia (FAS) informa também que novo restaurante está sendo arrumado. Trouxe os locais e número de refeições que vem sendo servidas. Sobre o hotel social, são 150 vagas conveniadas, sendo aditivado para mais 10 vagas para destinação de casos suspeitos. Para acolhimento da população em situação de rua, são 986 vagas no momento. Medidas estão sendo adotadas para atendimento de pessoas usuárias de drogas.

	<p>Criação de novos Comitês para a defesa da PSR.</p>	<p>Leonildo Monteiro colocou que o InRUA pediu ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que oriente os Estados para criação de comitês intersetoriais, e também nos Municípios, inserindo neles o sistema de justiça e movimentos sociais, entendendo que, graças à iniciativa da SEJUF, o Paraná está à frente nesse processo.</p>
	<p>Locais para pessoas que não aderem à institucionalização</p>	<p>Vanessa traz informações sobre locais em que banheiros estão sendo disponibilizados para pessoas que não tem interesse na institucionalização. Leonildo ressalta a preocupação com as pessoas que não aderem à institucionalização, perguntando sobre a disponibilização de espaço pelo Estado e pelo Município para acolhimento de porta aberta, em que as pessoas possam entrar para fazer alimentação e higiene e sair. Dá o exemplo de Londrina. Lembra de uma operação inverno em que o Estado abriu um ginásio e a Pastoral também. Dr. Antônio também ressalta a preocupação com as pessoas que não aderem ao acolhimento. CadÚnico traz 2400 pessoas em situação de rua em Curitiba. Questiona sobre a possibilidade de fornecimento de jantar e reitera a pergunta sobre a isenção de taxas. Relembra a recomendação para que seja criado um fluxo para disponibilização do aluguel social. Vanessa coloca que acolhimento está sendo reordenado gradativamente até que haja a definição de novas vagas. O jantar já tem acontecido, mas não há cobrança. Fabiano (SEJUF) se coloca inteiramente à disposição para trabalhar em conjunto com os movimentos sociais e instituições. Destaca a importância da interseccionalidade para continuidade dos diálogos, chamando COHAB, Secretaria de Saúde e outras. Tomás, ciente da necessidade de mobilização da sociedade civil para que haja adesão da população nas vagas ociosas, expõe que já buscou articulação para ter mais vagas, mas entende que houve uma desarticulação pela FAS.</p>

		<p>Cláudia (FAS) explica que houve dificuldade pelos requisitos impostos pelo Paraná Clube, que envolve um comodato e disponibilização de pessoal suficiente para atendimento lá, não podendo se dar por voluntariado. Dr. Thiago questiona onde hoje há banheiro para quem não está institucionalizado. Claudia informa que na Plínio Tourinho, nos 10 CREAS, em todos os acolhimentos que trabalham com população em situação de rua, incluindo os restaurantes populares. Dr. Thiago reitera sugestão da DPPR para isenção da taxa no restaurante popular para população em situação de rua. Claudia coloca que ainda não recebeu o ofício, mas vai levar a questão para análise da FAS.</p>
--	--	---

	<p>Acolhimento os adolescentes grávidas</p>	<p>Dra. Luciana questiona sobre o acolhimento de adolescentes grávidas e sobre o fluxo de atendimento de saúde para a população em situação de rua. Cláudia concorda com a necessidade de providências quanto a adolescentes grávidas, mas destaca a preocupação com mulheres com crianças pequenas. Este acolhimento está em estudo.</p>
	<p>Estruturação o das unidades de acolhimento</p>	<p>Dra. Ana Carolina traz que a informação era de 1800 vagas, diferindo do apresentado na reunião. Destaca que ainda não estamos na fase mais crítica da pandemia. Questiona quais são as alternativas, perguntando se haveria a possibilidade de se pensar em abrigos provisórios.</p> <p>Cláudia explana que somados todos os convênios da FAS, para os diferentes públicos a serem atendidos, são, de fato, 1800 vagas para pessoas que não tem famílias. Dentro destas estão as 986 vagas para pessoas em situação de rua. Reitera que o diálogo com o Paraná Clube está sendo feito, porém há dificuldade para atendimento devido ao pessoal da FAS que está em afastamento por serem do grupo de risco. Traz que a Procuradoria do Município autorizou a contratação de 100 cuidadores(as) para atendimento na próxima da fase que deve ocorrer em razão da pandemia.</p> <p>Dr. Rafael questiona percentual de vagas ocupadas nas 1800 existentes. Claudia responde que há vagas disponíveis só para população em situação de rua. Para demais grupos não há vagas disponíveis. Dr. Rafael aventa a possibilidade de tomar o imóvel, por meio da requisição administrativa nos casos em que há recusa de alugar. Claudia diz que já foi pensado nisso, mas está se buscando novos locais, pois os que são cedidos costumam ser caros para reformar. Dra. Ana Carolina solicita informação se as unidades novas de acolhimento estão estruturadas com equipe.</p> <p>Cláudia explica que as equipes são de educadores sociais. Destaca que não há nenhum caso confirmado de COVID-19</p>

entre a população em situação de rua, mas há suspeitas. Ainda assim, pondera que educadores(as) ficam receosos. Relata que tem se encontrado dificuldade de manter pessoas com suspeita de COVID nos quartos. Por isso, a FAS está em diálogo com a Guarda Municipal sobre como proceder, assim como com a Dra. Fernanda, da Vara da Criança e do Adolescente, devido à dificuldade de manter esse grupo institucionalizado.

Dra. Ana Carolina pergunta se a unidade do Bairro Novo está funcionando como acolhimento institucional e Cláudia confirma o funcionamento.

Dra. Ana Carolina pergunta qual a dificuldade para transformar a Casa de Passagem e Ginásio da Plínio em local para acolhimento institucional. Cláudia coloca que é devido ao público que não adere, que não pode mais ser atendida pelo Centro Pop. O incentivo da FAS é que a pessoa não fique só para comer e banho, mas existe essa possibilidade. Dra. Ana Carolina pergunta sobre número de vagas para acolhimento. Cláudia, lembrando do atendimento que se está buscando estruturar para pessoas usuárias de drogas e informa que pessoas com idade entre 18 a 39 anos são as primeiras que querem encaminhar para esse futuro serviço.

Dr. Olympio coloca que conhece o trabalho da Cláudia e do Fabiano e se felicita pela nomeação de ambos. Pondera a necessidade de ampliar o tratamento com dignidade, para que não ocorra mais o recolhimento dos pertences da população em situação de rua.

		<p>Afirma que entende que a problemática real é a moradia, como já foi dito. Questiona a possibilidade de ampliação do hotel social, como a maneira mais rápida, menos onerosa e com menor uso de recursos humanos. Quanto a outros espaços, informa que fez contato com a SEED para utilização de ginásios das escolas estaduais que não estão sendo usados, uma vez que têm também vestiários. Sugere que se faça o mesmo com escolas municipais para o caso de um pico na necessidade de atendimento. Entende que esta reunião deve ser um primeiro momento de diálogo. Cláudia concorda plenamente com o que foi trazido pelo Dr. Olympio. Afirma que tudo será tentado para melhor atender as pessoas mais vulneráveis. Explana que muitos servidores estão em pânico, como a sociedade em geral, e isso está dificultando muito o trabalho.</p>
	<p>Recursos do Estado e Município na questão da COVID-19.</p>	<p>Keity questiona se Estado e Município tem recursos a mais para atendimento da questão da COVID. Cláudia informa que haverá sim destinação de novos recursos, como para compra de EPIs. Destaca o agendamento de atendimento para cadastro por telefone nos CRAS para fazer cadastro único. Dr. Olympio pergunta o custo do hotel social por pessoa. Eduardo expõe que são 1150 reais por mês, por pessoa. Cláudia afirma que o valor per capita na unidade de atendimento é muito maior, considerando pessoal, aluguel do imóvel, dentre outros pontos. Mas destaca que não são todas as pessoas que podem ir para os hotéis, sob pena de risco para a própria pessoa e para demais. Dom Francisco relembra o objetivo da reunião é a construção de uma diretriz para o Estado todo, considerando a colaboração entre o Estado e Município, para atendimento da população em situação de rua neste período. Entende que o Município já trouxe diversas questões, falta a manifestação do Estado. Destacou que o hotel social aparece como uma boa modalidade, assim como o aluguel social, ainda que este não tenha sido trazido pelo município.</p>

Questiona quanto cada ente estaria disposto a colaborar. Géssica traz, sobre os valores disponíveis para os municípios, a Deliberação nº 4/2020 do CEAS, que disponibiliza verba para a modalidade de benefício eventual que será repassado de acordo com o número de famílias em situação de vulnerabilidade no município. Relata haver a proposta de flexibilização de uso de verbas ociosas já repassadas pelo CEAS de coparticipação, para atendimento da população em situação de rua no Centro pop e acolhimento. Patrícia, complementando a fala da Géssica, destaca que o Decreto Estadual sobre a COVID trouxe a possibilidade do benefício eventual, que pode ser usado como aluguel social, por exemplo. Entretanto o benefício na forma de aluguel precisa estar regulamentado em lei municipal. Sobre as verbas, existe a possibilidade de adiantamento de verbas que seriam passadas no futuro. Keity aponta que grande parcela dos municípios regulamentou o benefício eventual somente para auxílio-maternidade e auxílio-funeral, sem abranger a população em situação de rua. Questiona se o CEAS está levando em consideração a possibilidade de transferir para municípios com legislação mais abrangente. Patrícia informa que benefício eventual foi regulamentado por Decreto estadual para uso em despesas correntes. Keity destaca se foi pensado em um uso mais abrangente e sugere que a Secretaria de Estado assessore para que os municípios se adéquem. Dr. Olympio também pondera que os municípios podem se adequar. Géssica afirma as sugestões vão ser levadas ao DAS, pois o mesmo não estava presente na reunião. Keity ressalta a importância de ampla divulgação da liberação da verba do CEAS e auxílio aos municípios. Dr. Olympio sugere nova reunião para o Estado e Município trazerem respostas. Claudia concorda com nova reunião e convida para conhecer as unidades. Dra. Ana Carolina traz que a informação era de 1800 vagas, diferindo do apresentado na reunião. Destaca que ainda não estamos na fase mais crítica da pandemia. Questiona quais são as alternativas, perguntando se haveria a possibilidade de se pensar em abrigos provisórios. Cláudia explana que somados todos os convênios da

FAS, para os diferentes públicos a serem atendidos, são, de fato, 1800 vagas para pessoas que não tem famílias. Dentro destas estão as 986 vagas para pessoas em situação de rua. Reitera que o diálogo com o Paraná Clube está sendo feito, porém há dificuldade para atendimento devido ao pessoal da FAS que está em afastamento por serem do grupo de risco. Traz que a Procuradoria do Município autorizou a contratação de 100 cuidadores(as) para atendimento na próxima da fase que deve ocorrer em razão da pandemia. Dr. Rafael questiona percentual de vagas ocupadas nas 1800 existentes. Claudia responde que há vagas disponíveis só para população em situação de rua. Para demais grupos não há vagas disponíveis. Dr. Rafael aventa a possibilidade de tomar o imóvel, por meio da requisição administrativa nos casos em que há recusa de alugar. Claudia diz que já foi pensado nisso, mas está se buscando novos locais, pois os que são cedidos costumam ser caros para reformar. Dra. Ana Carolina explica que requisição administrativa é uma previsão constitucional pela qual o Estado pode requisitar qualquer bem ou serviço para uso em situação de emergência. Aponta que a Claudia trouxe que é uma medida drástica e de fato é, mas seria sim uma possibilidade considerando inclusive a dificuldade de pessoal que a FAS está tendo.

Thiago questiona se em nível Estadual há possibilidade de sair diretriz para o uso do aluguel social, se poderia ser pelo DAS, visto que nesse contexto teremos população em situação de rua e também outros públicos que precisarão desse instrumento. Dra. Ana Carolina se comprometeu em divulgar às Promotorias de Justiça a verba liberada pelo CEAS.

Dra. Luciana sugere que seja trabalhado com o CEAS diretamente sobre o aluguel social, como foi feito pelo CEDCA em outra temática, não só para população em situação de rua, como outros públicos. Dr. Thiago propõe que seja feito o diálogo com os municípios para que essa verba do CEAS seja direcionada de fato para populações vulneráveis, em especial por meio do aluguel social. Importância que haja alguém no

		<p>DAS/SEJUF fazendo essa orientação. Dra. Luciana Lineiro lembra da necessidade de orientar os escritórios regionais da SEJUF, com modelo de legislação municipal, assim como disponibilização pelo CAOP. Keity reitera que a orientação dos municípios é competência da SEJUF. Dr. Thiago pondera que é o momento de o governo do Estado dar uma mensagem clara sobre prioridades, colocando que a moradia seja colocada em primeiro lugar. Ana trouxe que em conjunto com as representantes do DAS presentes, irá levar a questão ao DAS, assim como com o CEAS, porém, pondera que os órgãos integrantes desse grupo podem fazer o contato direto. Diante das colocações sobre as técnicas da DAS/ DPSE Gêssica e Patricia ficaram de elaborar um documento com orientações aos municípios. A Nota Técnica - Ações Estratégicas no SUAS para Prevenção e Enfrentamento do COVID-19 junto à População de Rua, foi elaborada pela Divisão de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial da DAS, aprovada pelo CEAS e encaminhada aos ERs e ao CIAMPRUA/PR.</p>
	<p>Diretrizes para atendimento da</p>	<p>O Grupo de Trabalho Interinstitucional formado pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, por meio dos</p>

	PSR durante o enfrentamento da COVID-19	<p>Departamentos da Justiça e de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por meio dos Centros de Apoio Operacionais das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos e de Defesa à Criança, ao Adolescente e Educação e da Promotoria de Direitos Constitucionais de Curitiba, pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, por meio dos Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos, das Questões Fundiárias e Urbanísticas, da Infância e Juventude, de Política Criminal e Execução Penal, de Promoção de Defesa dos Direitos da Mulher e da Ouvidoria da Defensoria Pública, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio da Assessoria do Gabinete das Presidências e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas, pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, pela Defensoria Pública da União no Paraná, por meio da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Paraná, e pela Arquidiocese de Curitiba, por meio da Coordenação das Pastorais Sociais. Compila as diretrizes a seguir, que visam fundamentar a adoção de medidas municipais e estaduais para atenção à população em situação de rua durante o enfrentamento da pandemia do COVID-19:</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantia de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, acesso a medidas de proteção contra o COVID-19 e que evitem a aglomeração de pessoas;• Garantia de equipamentos e instrumentos para atendimento de pessoas em situação de rua que não aderem ao acolhimento institucional, como o aluguel social, hotel social e pensões, medidas estas que possibilitam maior autonomia para as pessoas, assim como tem menor custo econômico e de pessoal e, ainda, evitam a aglomeração de pessoas, sendo possível, para tanto, o uso de verbas do Benefício Eventual aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social por meio da Resolução Ad Referendum nº 004/2020 – CEAS/PR;
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de acesso à água potável e banheiros para uso pela população em situação de rua, independente de adesão ao acolhimento institucional, inclusive com a utilização de equipamentos públicos ou privados para atendimento adequado à demanda e às medidas de prevenção de contato, sendo possível, para tanto, inclusive o uso da garantia constitucional da requisição administrativa; • Garantia de acesso à alimentação nas três refeições diárias, com isenção de taxas, devido ao atual período que impede o exercício de atividades remuneratórias; • Garantia de acesso a atendimento de saúde, testagem em caso de suspeita de coronavírus e fornecimento de equipamentos de proteção individual, como máscaras, álcool em gel e materiais de higiene pessoal para população em situação de rua e para as equipes de atendimento; • Garantia de atendimento integral com atenção às especificidades, como pessoas em situação de rua com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, indígenas, dentre outros públicos.
MAIO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
MAIO	Solicitação Regime de teletrabalho – COVID-19	Sra. Dulce Darolt deu entrada na solicitação de trabalho estilo home office em virtude da Pandemia do COVID-19. Protocolo Nº16.565.921-0.

	Videoconferência com Brasília	Realizada com sucesso a videoconferência com Brasília – SEJUF/DIJUT e DEDIF, MMDH, INRUA, e Arquidiocese de Curitiba, sobre a possibilidade de buscar fundos para o projeto “Moradia Primeiro” (housing first), destinado à população em situação de rua, projeto este já iniciado e em andamento apoiado pelo INRUA e Diocese.
	Ações da SEJUF para PSR durante a pandemia COVID-19.	Realizado documento resposta à Defensoria Pública da União – DPU, sobre ações da SEJUF para a população em situação de rua, durante a pandemia COVID-19. Protocolo Nº16.529.596-0.
	Projeto Moradia Primeiro.	Diálogo com Brasília, MMDH, esclarecendo sobre os documentos para o termo de fomento para o projeto moradia primeiro; contato com Dra. Jocely convênios/SEJUF, contato com Marcela financeiro/SEJUF, pelo mesmo motivo, o termo de fomento.
	Contato GAS/SEJUF Possibilidade de fornecimento de água em copo.	Contato com o GAS/SEJUF buscando possibilidade de fornecimento de água da Sanepar em copos, para acompanhar as refeições entregues por marmitas, às pessoas em situação de rua.
	Formulação Diretrizes para enfrentamento COVID-19.	Elaboração do documento com as diretrizes para o enfrentamento ao COVID–19, para o atendimento às pessoas em situação de rua, no Estado e nos municípios.

	Videoconferência: Protocolo de atendimento e abordagem para populações vulneráveis durante a Pandemia.	Realizada videoconferência com a Regional de Saúde de Paranaguá, Escritório Regional da SEJUF de Paranaguá, DEDIF/SEJUF, FUNAI e Gestores municipais da Assistência Social da Região litorânea do Paraná. Pauta: Protocolo de atendimento e abordagem para populações vulneráveis durante a pandemia COVID-19; 1. População em situação de rua do Litoral; 2. População Indígena; 3. Comunidades Tradicionais; 4. Caminhoneiros.
JUNHO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
JUNHO	Escolha das Ações do Plano de Trabalho 2020.	<p>Foi lembrado sobre o plano de trabalho de 2020, o qual ainda não está sendo executado conforme planejado devido a pandemia o qual foi aprovado em março de 2020. Sra. Keity falou que estava pensando em ações do plano de trabalho, sugerindo a necessidade em saber o quê ou como estão sendo realizadas ações na pandemia, referentes ao atendimento para a população em situação de rua pelos municípios. Que o Comitê precisaria saber também o que está dando certo, informações se tem plano de contingenciamento COVID-19.</p> <p>Quem conseguiu acessar o plano de Auxílio Emergencial. Major Micrute observa que aumentou bastante o número de pessoas pedindo ajuda nos sinaleiros, rua, praças, e que daqui pra frente isso vai aumentar pois estamos chegando no inverno e tem as consequências do Covid-19, informou que a SESP tem acolhido todos, orientando e encaminhando. Informou também que em todas as cidades do Paraná as pessoas que ficam pedindo esmolas a noite, são encaminhadas para</p>

		<p>acolhimentos Sra. Patrícia quer saber como estão as ações da Covid no Estado pediu para o Comitê solicitar um levantamento para saber o que está sendo feito em todo o Estado. Sra. Vanessa (InRUA) se posiciona em concordância com a fala da Sra. Keity. Acrescenta que tem visto muita lerdeza no município de Curitiba quanto ao atendimento das pessoas em situação de rua.</p>
--	--	---

Levantamento das providências e ações tomadas pelos municípios frente a COVID-19.

Sra. Taisa (DPPR) entende que deve ser solicitado aos municípios através da SEJUF, e através da SESA que é a saúde do Estado quais as providências que estão sendo tomadas e ações estão sendo realizadas referente a COVID-19. Sra. Keity comenta que é importante fazer o levantamento e o comitê analisar as boas práticas implementadas pelos municípios. Com este levantamento poderão fazer uma ação orientativa gerando um material para apoiar em atendimento mais efetivo. Sra. Dulce Darolt comenta que um documento deste porte aos municípios talvez tenha que ser alçada ao Secretário de Estado, mas conversará com o Chefe do DEDIF para ver com ele qual a forma mais adequada.

Sra. Lucimar (SESA) informa que estão articulando com todas as Regionais de Saúde que façam um trabalho de sensibilização e convencimento para que a população de rua se sinta acolhida, e que todos os municípios passem informações para as regionais de saúde.

Também o levantamento dos vulneráveis que contraíram COVID 19 para que recebam os cuidados à saúde e acolhimento.

	Benefício Comida Boa e da SEAB.	Sra. Taisa comentou que fica pensando na questão do benefício Comida Boa e da SEAB como tem acontecido essas ações, quer saber como está sendo feito o trabalho. Sra. Dulce irá se informar e repassar como está sendo desenvolvida a ação Comida Boa.
	Informe 001/2020 COVID-19 POPRUA.	<p>- Sra. Keity do MP fala em relação ao INFORME 001/2020 COVID19/POPRUA, sugerindo análise do mesmo para possível reformulação conjunta para adequações ao documento. Sra. Dulce pede para a Keity enviar por e-mail essas recomendações para serem anexadas ao documento. Dulce ainda explica que as especificações das recomendações nos últimos itens pensando no pós pandemia foram inseridas por ela pensando nos pressupostos da continuidade nos atendimentos e no inverno que já está chegando.</p> <p>-Dulce informa que ficará no aguardo das contribuições do Comitê para adequação do INFORME 001 COVID-19 POP RUA conforme ficou aprovado. Sra. Simone (SESA) fala que estão trabalhando com equipe conjunta da SESA, somando todos os esforços para melhor atender a população neste período da pandemia do COVID19.</p>

Ofício às prefeituras Plano de Contingenciamento COVID 19.

-Sra. Dulce pergunta ao Comitê, sobre o ofício a ser enviado às prefeituras, o que interessa mais para a maioria, sobre o que está sendo feito nos municípios

– Plano de Contingenciamento COVID 19, e o que mais?

- Sra. Keity do MP pede que no ofício seja solicitado o compilado de boas práticas, pede para disparar o ofício aos municípios de grande e médio porte principalmente, mas pode ser enviado aos demais, para saber o contingente sobre o atendimento à População de Rua. Que o Ministério Público quer ajudar fazendo alterações no documento.

- Sra. Dulce sugere que a Sra. Keity faça um esboço de suas sugestões para o ofício, inserindo o que ela acha importante solicitar aos municípios. Depois disso a Sra. Dulce fará a formatação do mesmo, como uma minuta do ofício, e enviará aos membros para serem feitas as demais contribuições. E depois enviará aos municípios, com pedido de urgência do retorno, o prazo até dia 19 de junho, dez dias, para data final de retorno dos municípios, como ficou aprovado.

-Representante da SESA fala sobre testagem em pessoas que vivem em aglomeração, indígenas, população de rua, que eles têm se esforçado para que essas informações sejam repassadas, mas no momento não se tem esses dados. A SESA tem passado todos os dias informações epidemiológicas da população em geral.

-Sra. Vanessa do INRUA argumenta que o problema é que não tem teste para todos, não só no Estado, como em Curitiba, e como em todo o Brasil, não tem testes suficiente. Além disso os testes são complexos, a visão do nosso ponto de vista, não existe isolamento social.

- Sra. Lucimar da SESA comenta que a situação toda do COVID 19 é nova e está sendo bem difícil para todos, e que sabe da preocupação da Sra. Vanessa para que essa população tenha visibilidade. E que a SESA está se empenhando, e que estão à disposição para mais informações e orientações sobre o enfrentamento a COVID 19.

		- Sra. Dulce da SEJUF ainda relembra que o ideal seria o aluguel social para todos os que precisam de um lugar para ficar.
JULHO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
JULHO	Compilação de dados enviados pelos municípios COVID-19.	- Dulce da SEJUF informa que criou uma tabela para a sistematização das informações, dividida em três partes: 1. Municípios sem POPRUA. 2. Municípios com Plano de Contingência COVID19. 3. Municípios com POPRUA, com Estratégias e Ações para a POPRUA. Destes que já foram analisados até agora, foi possível fazer a sistematização das informações recebidas de 70 municípios. Alguns informam somente que não tem nenhuma pessoa em situação de rua em seu município, por isso não fizeram o plano de contingência. Outros nos enviaram documentos com relatório das ações normais e ações emergenciais COVID19. Até final de junho a Coordenação da POPRUA recebeu resposta de 110 municípios e pararam.
	Protocolo 16.035.670-7 Município de Cascavel.	Então reenviamos Memorando Circular 001/2020 aos Escritórios Regionais/SEJUF, solicitando intermediação entre o Estado e os Municípios de sua jurisdição, fortalecendo a necessidade do envio dos documentos solicitados, os quais assim fizeram, e recomeçamos a receber respostas de outros municípios. Recebeu os últimos até 10 de julho. Dados de alguns municípios analisados contam o que fazem em prol da População em Situação de Rua: Agudos do Sul por exemplo, diz que não tem PSR local, somente ocasional, mas tem um Serviço de Acolhimento emergencial e também faz encaminhamento para retorno familiar ou local de origem. Dos 70 municípios compilados, 29 municípios têm pessoas em situação de rua. Alguns municípios de maior porte já nos enviaram resposta, mas do município de Curitiba ainda não recebemos. Sra. Taisa sugere que devemos insistir para haver

retorno dos municípios que não responderam, principalmente de Curitiba, que é a capital do Estado e tem o maior índice de pessoas em situação de rua. - Taisa tendo dúvidas, pergunta se ela não sendo membro, pode fazer perguntas e sugestões? Foi-lhe explicado que mesmo quem não tendo direito de voto como os membros oficiais, tem direito a voz e opinião e pode ajudar na construção de ideias para ajudar a População em Situação de Rua. Ficou decidido que Dulce enviaria solicitação à Regional de Curitiba/SEJUF, para que intermediassem junto ao Município de Curitiba, reforçando para darem resposta ao ofício Circular 001/2020 do CIAMPRUAPR. E reforçar com Curitiba que todos gostaríamos de saber como está a maior cidade do Estado. Sra. Julia diz que o objetivo em receber a resposta dos municípios é para conhecer as boas práticas e saber o que os municípios estão fazendo em benefício e proteção à população em situação de rua em todo o Paraná, durante o período da pandemia COVID19.

Dulce relembra a todos o assunto em questão, onde o Município de Cascavel enviou ofício à SEJUF, informando que os municípios vizinhos não atendem as pessoas em situação de rua que estão no território que lhes compete, e os demandam para Cascavel, onerando o município, pois não celebram convênio ou parceria. Cascavel solicita ao Estado solução para a situação. O Protocolo foi para o CEAS e para o DAS/SEJUF, voltando para o CIAMPRua/PR, com a sugestão do CEAS de envolver outras políticas e órgãos estaduais e municipais da Regional de Cascavel, de forma intersetorial, para cada um fazer a parte que lhes compete em benefício da população em situação de rua. Foi decidido que a Eliana (SEED) fará a Minuta do Ofício e enviará para a Dulce dar continuidade ao mesmo, o qual depois de aprovado pelo Comitê, será enviado aos Municípios da Regional de Cascavel.

		<p>-Sra. Patrícia da SEJUF informa que relerá o protocolado, para poder contribuir com o ofício. Acrescenta que os municípios maiores são os que mais recebem verba do governo federal e estadual, por isso eles têm certa responsabilidade com os municípios menores que o rodeiam. Que deve haver diálogo entre os municípios.</p> <p>- Dulce informa que na Regional de Cascavel constam 19 municípios, somente em Cascavel tem Centro POP, na região existem 07 municípios com CREAS. Que o CEAS quer que outras políticas assumam responsabilidades conjuntas com esse público, não somente a assistência social.</p>
	<p>Informe 001/2020 CIAMP RUA /Pr Votação em Plenária.</p>	<p>- Sra. Taísa da DPE defende que o INFORME 001 ficou excelente, que em sua opinião o documento deveria ser aprovado, pois o mesmo pode ajudar muito os municípios na escolha das ações que nortearão o atendimento e a proteção às pessoas em situação de rua. Foi colocado em votação na plenária: votaram à favor – Eliana (SEED), Azolini (SESP), Dulce (SEJUF), Patrícia (SEJUF), Julia (CRP), Carlos (MNPR/PR); Também concordaram em aprovar o documento, a Amélia (SEJUF), Denise (COHAPAR), Taisa (DPPR/NUCIDH), e Julia (OAB/PR). Aprovado. Estando o Informe 001/2020 CIAMP RUA/PR aprovado pelo Comitê, ficou acertado que Dulce enviará o mesmo aos prefeitos de todo o Estado do Paraná.</p>
AGOSTO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

<p>AGO STO</p>	<p>Possível Captação Financeira : Projeto Moradia Primeiro.</p>	<p>- Sra. Dulce que é coordenadora do CIAMPRua/PR e da Política Estadual da População em Situação de Rua, informa que o Sr. Carlos Ricardo – Coordenador – Geral da Política Nacional da População em Situação de Rua, solicitou reunião com o Paraná para conversar sobre a possibilidade de financiamento ao Projeto Moradia Primeiro, internacionalmente conhecida como Housing First. Esta Reunião aconteceu via online no dia 11/05/2020, com Paulo Sérgio Sena – Chefe do DEDIF/SEJUF; Dulce Darolt – Coordenadora Política Estadual para População em Situação de Rua e Coordenadora do CIAMP Rua Estadual, DEDIF/SEJUF; Ana Raggio – DH/DEDIF/SEJUF;</p> <p>Tomás Melo – InRUA; Leonildo J. M. Filho – MNPR e InRUA; Eliane Beliato – Casa de Acolhida São José; Padre Danilo – Coordenador da Dimensão Social da Arquidiocese de Curitiba; Carlos Ricardo – Coordenador-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Coordenador do CIAMPRua Nacional; Francisco Nascimento – Coordenador dos Direitos das Populações em Situação de Risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. a Primeiro – Durante esta reunião Carlos Ricardo apontou que o objetivo da reunião é dialogar sobre o uso de uma emenda parlamentar para implementação de projeto com a metodologia Moradia Primeiro, uma metodologia amplamente difundida no mundo e reconhecida como efetiva. Traz que o valor da emenda é de 300 mil reais; explanou que o “housing first” começou nos anos 90, com um público com dependência química e transtorno mental em situação de rua. Depois de diversas formas de intervenção, buscou-se fornecer uma moradia própria. De 80 a 90% das pessoas permanecem em suas moradias, com autonomia e redução de custos para o poder público, após 2 anos no projeto.</p> <p>O fornecimento de outros serviços públicos vem em conjunto. Ressaltou que o CIAMPRua Nacional aprovou que a moradia é a política prioritária, por meio da metodologia "housing first". EUA, Brasil, Chile, Uruguai e países da Europa possuem esse projeto. No Brasil, apenas Curitiba e Porto Alegre executam, havendo notícia do início da implementação em mais duas cidades. O projeto de Curitiba</p>
---------------------------	--	---

	<p>foi reconhecido como o modelo com melhor aplicação da metodologia.</p> <p>Por estes motivos surgiu a ideia de investir no que vem sendo executado em Curitiba, visando investir em um projeto para ser referência nacional. Coloca que se trata de verba de Emenda Parlamentar de bancada no total de 300 mil reais, sendo 100 mil para custeio e 200 mil para investimento e que deve ser executada por parceria com município, estado ou universidade, visto que um processo de direcionamento da verba para sociedade civil demoraria ao menos 3 meses. Traz previsão de em agosto ou setembro disponibilizar a verba para o Estado. Para tanto, até o fim deste mês, início de junho, o plano de trabalho precisaria estar aprovado por meio do SICONV. Expõe que é possível eventual complementação de verba por meio da Política Nacional de Assistência, assim como pela Saúde, podendo ter uma disponibilização possível em torno de 500.000,00.</p> <p>Sra. Dulce explica que após esta reunião, a Sra. Ana Raggio começou desenvolver o Projeto de Captação Financeira junto ao Governo Federal, com objetivo em financiar o Projeto Moradia Primeiro, auxiliada pelas informações do Carlos Ricardo do MMFDH e do INRUA (Tomás), mas infelizmente ela não conseguiu terminar o projeto. A situação foi levada ao conhecimento do Dr. Sena, para decidir os próximos passos.</p> <p>- Sra. Keity pergunta se existe a possibilidade de passar para a COHAPAR e trabalhar em conjunto com a proposta para o INRUA. Sra. Dulce fala que vai depender do que a SEJUF decidir. Dulce confirma que a verba vem do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, direcionada para o POP RUA Moradia Primeiro.</p>
--	--

	<p>- Sra. Vanessa responde que já existem aquelas cinco moradias com a Parceria da Arquidiocese e INRUA. Com estas duas verbas Federais daria para umas 20 pessoas, para 2 anos.</p> <p>- Sra. Dulce explica que a primeira verba de 300.000,00, os 200.000,00 seriam para imóvel ou carro e que sobraria 100,000 para aluguel, e os outros 500.000,00 seria desenvolvido com meta para 2 anos para 12 imóveis. Ressalta, entretanto que dependem da finalização ao Projeto.</p> <p>- Continuando a exposição, Sra. Dulce informa que a escolha do Ministério pelo Paraná foi pelo Projeto do INRUA que já possui a expertise e estar mais completo dentro da ideia projetada pelos demais países que implementaram o housing first; e também escolheram passar primeiro para o Estado, com direção da SEJUF, que abriga a Política de estado da População em Situação de Rua. Na continuidade talvez tenha que ser feito uma chamada pública. Dulce informa que já abriu Protocolo pela Coordenação da Política da População de Rua, solicitando autorização à SEJUF, para fazer a captação financeira junto ao MMFDH. O Protocolo passará pelos departamentos que o Diretor-Geral entender necessário, para poder autorizar ou não a solicitação.</p> <p>Premissa de captação financeira aprovada pelo Comitê.</p>
--	--

	<p>Dia Nacional da Luta da População de Rua – 19 de agosto.</p>	<p>Dulce lembra ao Comitê que todos os anos, foi criado um <i>flyer</i> para simbolizar esta data, e que pediu sugestões para o <i>flyer</i>, mas não recebeu nenhuma resposta do Comitê. Entretanto mesmo não havendo resposta por parte do Comitê, ela como Coordenadora da Política, achou por bem continuar com a ideia, e enviou para o Setor de Comunicação e Criação da SEJUF, solicitando a criação do Flyer para este ano, e enviou os dois modelos para os grupos, para conhecerem e se posicionarem.</p> <p>Aprovado pelo Comitê o flyer com a imagem dos pés do morador de rua com frase dentro das premissas informadas pela Vanessa.</p> <p>Depois de pronto foi enviado para todos os grupos, e cada membro fará também as suas postagens sociais do material, tanto do flyer como da matéria jornalística da SEJUF.</p>
	<p>Eleição Sociedade Civil para o Comitê Gestão: 2021-2022.</p>	<p>Sra. Dulce lembra que neste segundo semestre, o Comitê terá que realizar as eleições para a gestão 2021/2022 para os membros da sociedade civil. Como o Comitê há muito se expressa, que gostaria de ter representantes de instituições do interior do Estado, Dulce apresentou a ideia de como viabilizar essa questão. Informa que já realizou uma reunião com o Leonildo do MNPR e com o Tomás do INRUA, e ambos depois de ouvirem concordaram.</p> <p>Dulce relata que a ideia vem do contexto da pandemia, onde quase todos foram forçados a se adequarem com reuniões on-line. O Comitê não tendo orçamento previsto para viagem dos membros, sempre se conteve com a ideia da interiorização. Entretanto abre-se nova possibilidade, de construir um Edital de Eleições do Comitê, onde podemos contemplar a interiorização, desde que seja estabelecido no próprio Edital, que os representantes do interior, participariam das reuniões do Comitê, somente da forma on-line. Dulce informa que já verificou na legislação do CIAMPRua/PR e nada impede. A Diretoria do DEDIF/SEJUF, também não se opõem.</p>

Assim, trouxe o assunto ao Pleno do Comitê para que delibere. Dulce pensa que o processo todo poderia ser feito com a parceria dos Escritórios Regionais da SEJUF, talvez designando duas vagas para o interior do paraná e duas vagas para Curitiba e Região Metropolitana, onde tem maior  ndice de pessoas em situa o de rua.

- Sra. Dulce propõe ampliar a Comissão de Elei o, incluindo outros atores, por exemplo, a Defensoria Pública, e quem sabe a OAB. Dulce informa que conversou com a Juliana Müller, coordenadora NAC/SEJUF, para alinhar qual a melhor forma de fazer, já que ela tem acompanhado outros Conselhos maiores que tem a prática da interioriza o nas elei es.

- Dulce continuou informando que temos acesso   lista das ONGs e OSCs de todo o Paraná que atendem as pessoas em situa o de rua, e poderemos avisar a todas, para sermos transparentes e justos. Sra. Dulce fala que para as elei es, também deveremos contar com os Escritórios Regionais para nos ajudar.

A Comissão de Elei o fará as reuniões online, para construir o Edital e também para conversar e combinar com os Escritórios. No interior, o MP e a DP daquelas comarcas também poderão ajudar. Até o final desse ano deveremos já ter completado toda a tramita o e eleito os representantes das 4 (quatro) vagas da sociedade civil. Quanto a elei o das entidades civis a Srta. Julia diz que a OAB entra como entidade civil. Srta. Keity fala que a comissão   quem tem a responsabilidade em fazer o edital, e também analisar a documenta o para ver se a entidade está apta para participar do processo eleitoral.

- Pauta da Interioriza o Aprovada.

- Sra. Dulce enviará cópia do edital do CEAS e do CEDI para a Comissão de Elei o, para esclarecer como foram feitos aqueles editais, lembrando que temos 4 vagas. Marcar o uma data para reunir a comissão.

	<p>Relato Atendimento PSR COVID- 19.</p>	<p>- Vanessa do INRUA informa que durante a pandemia – de março a julho foram recolhidas 101 pessoas para sua proteção. Fazem e distribuem alimentação para a população de rua, estão lutando para que a prefeitura reabra os banheiros públicos. E que o almoço custava no restaurante popular R\$3,00 e o banho R\$2,00, mas que estão fechados.</p> <p>- Dulce informa que conforme tem feito a compilação das informações dos municípios, quase todos falam que fornecem alimentação, roupa, abrigo. Comentou que alguns municípios dizem que não tem PSR e quando aparecem, encaminham para outro município de referência. Em alguns abriram acolhimento emergencial com a verba federal, de auxílio emergencial, outros encaminham para hotéis, hospedarias ou escolas. Quase a totalidade oferece alimentação e máscara.</p> <p>- Sra. Vanessa do INRUA e do Mãos Invisíveis, disse que o atendimento é muito falho. Que não tem respaldo. Que somente Foz do Iguaçu e Londrina tem mesmo um ótimo trabalho com a PSR, os outros dizem, mas não fazem.</p>
--	---	---

	<p>Diretrizes COVID-19 POPRUA A.</p>	<p>Dulce, informa que o Documento – Diretrizes COVID 19 POPRUA construído e aprovado pelo CIAMPRua/PR, conforme decidido na reunião anterior, foi enviado para os 399 municípios do Estado, em parceria com os Escritórios Regionais da SEJUF. Foi encaminhado junto com ofício aos prefeitos, orientando-os quanto as sugestões das diretrizes.</p>
	<p>Protocolo 16.0 35.6 70-7 Município de Cascavel.</p>	<p>- Dulce informa que o ofício circular construído, foi enviado para todos os prefeitos da Regional de Cascavel, para que cada um informe o que está sendo feito para as pessoas em situação de rua na intersectorialidade.</p> <p>- O Comitê propõe encaminhar o ofício da intersectorialidade também para: a) Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; b) Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED; c) Secretaria de Estado da Saúde – SESA; d) Companhia da Habitação do Paraná – COHAPAR; e) Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento – SEAB; f) Defensoria Pública do Paraná – DPPR; g) Ministério Público do Paraná – MPDHPR; h) Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes – SEIL; e Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, enviar para a área do trabalho;</p>
	<p>Dados enviados pelos municípios COVID-19.</p>	<p>A resposta de Curitiba chegou e foi direto para o Secretário e depois enviaram ao POPRUA. Curitiba só mencionou ao período de pandemia. Dulce salvou as respostas como resposta ao ofício do CIAMP. Dulce compilará, pois nesse ofício eles informam que fornecem todo o atendimento por 24 horas, alimentação, higiene, abrigo. Informa que chegou também resposta de São José dos Pinhais.</p>

	Parecer Técnico em Respostas Demandas do Setor.	<p>- Sra. Dulce fala das diversas demandas que tem chegado ao seu setor. São Protocolos de instituições e órgãos com demandas, os quais têm que analisar, e fazer pesquisas para construir documentos para dar resposta.</p> <p>- Construção de Parecer Técnico positivo em resposta a solicitação da Comunidade Hermon.</p> <p>- Construção de Parecer Técnico positivo em resposta ao Projeto de Lei enviado pela ALEP, sobre bebedouros públicos.</p>
SETEMBRO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
SETEMBRO	Relatório da Comissão da Eleição.	<p>- Sr. Amélia da SEJUF faz um breve relato ao Pleno do Comitê, sobre as decisões da Reunião da Comissão de Eleição 2020, onde foi decidido interiorizar a eleição na forma online, dividindo o Paraná em três Macro Regionais: 1ª Curitiba que ficará com duas vagas; 2ª Londrina que ficará com uma vaga; 3ª Cascavel que ficará com uma vaga – toda a eleição acontecerá online, e as participações pelos vencedores às Reuniões do Comitê, serão sempre via online.</p> <p>- Dulce da SEJUF informa que no dia 11/09/2020, ocorrerá reunião com a Juliana do CEAS, para saber como construir o edital e que o Sr. Isael Pastuch participará para ajudar. A proposta é de até o final de setembro ser feito o Edital e aprovado. Que Edital em seguida será composto em E-protocolo, para solicitar autorização da SEJUF, até no máximo final de outubro. Início de novembro prevendo o lançamento do edital.</p>

**Relatório
dos
Municípios
COVID 19
POPRUA.**

Dulce informa criou uma tabela para a sistematização das informações, dividida em três partes: 1. Municípios sem POPRUA. 2. Municípios com Plano de Contingência COVID 19. Municípios com POPRUA, com Estratégias e Ações para a POPRUA. Todos já foram analisados e sistematizados. Explica que recebeu informações do Município de Bela Vista do Paraíso, de última hora. Então assim que o comitê aprovar o Relatório, incluirá o município de Bela Vista do Paraíso. Relatou que alguns municípios do interior falam em morador de rua e situação de rua. Situação de Rua

– mora na cidade. Carlos fala que morador de rua é aquela pessoa que faz da rua sua moradia. Vanessa diz que muda de uma cidade para outra, mas que o termo correto é Pessoa em Situação de Rua. Bela Vista do Paraíso tem 6 pessoas em situação de rua e um itinerante que chegou na cidade. Que o município mencionou que gostariam de participar mais.

- Vanessa do INRUA fala que por isso é urgente a interiorização, e sobre tudo isso o que muda é a nomenclatura – PSR ou Morador de Rua.

- Sra. Dulce apresentou os gráficos, os quais servirão de subsídio para compartilhar com os escritórios regionais.

- Keity do MP sugere que as prefeituras sejam informadas sobre a página da web onde será publicado o Relatório COVID 19 POPRUA, pois é importante para os municípios se organizarem.

- O Relatório foi aprovado.

	Projeto Moradia Primeiro.	<p>- Sra. Keity solicita informações de como está o processo de construção do Projeto para captação financeira junto ao MMFDH, referente ao Projeto Moradia Primeiro.</p> <p>-nSra. Dulce apresenta um breve histórico dos trabalhos anteriores realizados com o Comitê sobre o assunto “Moradia Primeiro e outras modalidades de moradia/habitação para a POPRUA” dizendo que participou de todas as reuniões, informando que o Tomás trouxe a notícia do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que essa verba para moradia vem para o Paraná, por ser o único Estado que tem o projeto de Moradia Primeiro, dentro do estilo “Housing First” internacional. O Ministério escolheu repassar os valores primeiro para o Estado, para que este faça a tramitação do processo todo, direcionado ao Projeto Moradia Primeiro.</p> <p>Houve então uma reunião no mês de maio, via online, com o MMFDH. Carlos Ricardo enviou o Modelo de Projeto Federal e a técnica Ana Raggio, iniciou a construção do Projeto de Estado, tendo como modelo aquele enviado por Carlos.</p> <p>Todavia, no meio da construção do mesmo a técnica Ana entregou, informando que não poderia continuar. Dr. Sena determinou que a Dulce mesmo deveria desenvolver o projeto e indicou o nome de outra técnica: Sra. Juliana Sabbag, que é do Departamento da Criança e do Adolescente, a qual poderia orientar como fazer o mesmo. Sra. Dulce não havia conseguido contato até o momento e informa que foi construído aproximadamente dois terços do Projeto.</p>
--	----------------------------------	---

E que depois de finalizado terá que ser inserido no Sistema do SICONV – que é o sistema federal de projetos.

- Keity pergunta se o Carlos Ricardo falou sobre prazo, pois está passando o tempo e corre-se o risco de o dinheiro ser devolvido, e o Paraná foi escolhido, não se pode perder essa oportunidade.

- Dulce fala que todos estão preocupados com o prazo, e propõe enviar o mesmo para a Keity, e para outros do comitê, que queiram ajudar na construção do mesmo.

- Então se dispuseram a ajudar: Keity/MP, Vanessa/INRUA, Taísa/DPP, Julia/OAB, Patrícia/SEJUF Lucimar/SESA.

- Sra. Dulce também informa que abriu um Protocolo interno dentro da SEJUF, solicitando autorização para captação financeira junto ao MMFDH e análise da possibilidade do direcionamento desta captação especificamente para o INRUA, já que a instituição é a única que tem a expertise comprovada dentro dos moldes do Housing First Internacional.

Keity reforça que não podem perder essa oportunidade, e pergunta se o dinheiro deverá ser aplicado só em Curitiba, ou pode ser aplicado em outros municípios do Paraná?

- Dulce fala que se o INRUA quiser, poderá direcionar para outros municípios do Paraná.

-Sra. Dulce enviou para os que se propuseram ajudar.

	Acolhimento Permanente Campo Largo.	<p>- Sobre questão de acolhimento permanente e não só provisório, Dulce passou a palavra para o Rafael, solicitando que o mesmo se apresentasse e desenvolvesse sua pauta.</p> <p>- Rafael do Centro POP de Campo Largo, tomou a palavra informando que é psicólogo e trabalha no Centro POP de Campo Largo, fez contato com a Dulce, informando que o município tem Centro POP, mas não tem acolhimento permanente, somente emergencial, através de verba federal, para acolhimento na pandemia. O município contratou uma pousada para Acolhimento Emergencial. Que Campo Largo foi o único município da região metropolitana, e explicou sobre os outros municípios que tem acolhimento na pandemia. Disse que está preocupado, pois foi contratada uma pensão, onde as pessoas entram as 18h e saem as 7h, para 40 pessoas. Não tem clareza dos objetivos, poderia ser melhor conduzido, não gera o benefício esperado.</p> <p>Patrícia da SEJUF/DAS/CPSE, informa que conversou com o Rafael e acha que questão de organização, sugere que o CIAMP faça um ofício para o gestor para sensibilização, pois Campo Largo não tem Acolhimento Permanente o que agrava a situação.</p> <p>- Dulce pergunta ao Rafael quando termina esse acolhimento provisório.</p> <p>- Rafael responde que o término será em outubro, e que são 40 pessoas em quartos coletivos e o município não faz nada e quando se mobiliza é dessa forma, sem segurança, sem isolamento, muito precário. É uma ação de curto prazo na cidade</p>
--	--	--

Rafael informa que a abordagem social é feita pelo CREAS, sendo realizada das 8 h às 17 h, não tem abordagem noturna, e que no município tem de 20 a 40 pessoas em situação de rua, com uma média de atendimento de 100 pessoas por mês que ficam na rua.

- Keity pergunta se a Secretaria de Assistência Social do município se manifesta.

- Rafael responde que falta planejamento, sendo o único município que tem Centro POP, mas que não tem acolhimento e não tem acolhimento da própria abordagem. Campo Largo não aceitou verba para Acolhimento Permanente, pois isso tem que ter o planejamento do município.

- Keity fala que verba e dinheiro, se é oferecido deveriam aceitar, e estranha que Campo Largo tendo Centro POP, deveria ser feito não pelo CREAS. Keity diz que o MP fará um ofício para o promotor da Comarca relatando a situação para verificar a mobilização do município quanto ao assunto.

- Patrícia disse que pode fazer um levantamento para verificar o número de PSR.

- Taisa passará a situação para defensoria, pois é um município de médio porte. Dulce pergunta se o Rafael está satisfeito com as providências que serão tomadas.

- Rafael responde que sim, está preocupado, pois é o único município da Região Metropolitana que tem Centro POP sem ter Acolhimento.

- Keity pergunta se eles construíram o plano de contingência.

- Dulce responde que nos documentos enviados pelo município, afirmaram que têm o P.C. mas não o enviaram o mesmo; e informam também que fornecem alimentação, e que aderiram a deliberação do CEAS.

- Keity comenta que devido ao risco de contágio é perigoso em Acolhimento Coletivo.

- Dulce fala que ao todo, 76 municípios informam ter planos de contingência (uns da assistência social, outros da POPRUA, ou

		<p>da saúde, ou geral do município ou da defesa municipal), dos 225 municípios que enviaram resposta ao CIAMPRua/PR.</p> <ul style="list-style-type: none">- Rafael informa estar à disposição se necessário.- Dulce pergunta se podemos encerrar essa questão, e solicita para Patrícia SEJUF/DAS, se ela consegue o número atualizado de PSR do Estado do Paraná no cadastro único do governo federal, pois todos os municípios informam ter aproveitado a pandemia para fazer o CadÚnico junto aos usuários. - Patrícia ficou de providenciar.
--	--	--

	<p>Ofício CIAMP Intersectorialidade – demanda município de Cascavel.</p>	<p>- Dulce informa que o CIAMP-Pr recebeu resposta de 4 municípios: Boa Vista de Aparecida, Ibema, Três Barra do Paraíso e Campo Bonito. A diretora da Assistência Social de Campo Bonito ligou para a Dulce, solicitando orientação técnica sobre a questão e sobre o teor do ofício, informando que eles não têm PSR, pois quando aparece algum, fazem encaminhamentos para empregos, integração na área de trabalho com vila de pescadores, e a pessoa vai trabalhar; a prefeitura oferece moradia, e integração, para não se sentirem sozinhas; explica que é uma pratica do município.</p> <p>- Patrícia fala que existem demandas reprimidas.</p> <p>- Dulce explica também que irá inserir a memória de agosto aprovada hoje, nos processos do CIAMP na Intersectorialidade estaduais, e enviará para os órgãos competentes; só não irá via processo para o MP, pois o executivo não faz demanda processual para o MP, então irá via ofício normal.</p>
OUTUBRO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
OUTUBRO	<p>CIAMP na Intersectorialidade - Relatórios do Estado: COHAPAR, SEAB, SEED, SESA.</p>	<p>Sra. Dulce está construindo um relatório das respostas recebidas. Já enviou a minuta do relatório para os membros. Dulce fez a leitura do documento.</p> <p>- COHAPAR – Denise comenta que não tem programa específico para o POPRUA, e que não atuam onde tem 19 COHABs nos grandes centros, que é onde os problemas são mais graves para a PSR. Dulce sugere – se houver aprovação do Comitê – enviar um ofício direcionado às COHABs, nos municípios maiores, para saber qual o sistema habitacional que eles têm, para atender a POPRUA. Denise (COHAPAR) comprometeu-se a enviar a lista dos municípios que têm COHABs.</p> <p>- Cel. Micrute comenta que a política da COHAPAR não abrange a população em situação de rua.</p>

- Dulce sugere solicitar aos municípios essa informação, enviando ofícios as COHABs, e todos concordam.

- Cel. Micrute comenta que alguns municípios do interior têm algum sistema para acolhimento, fazem parcerias com associações religiosas e que as PSR recorrem a essas entidades.

- Dulce reforça que esta ação ajudará fortalecer a questão do CIAMP na Intersetorialidade bem como a necessidade de moradias para a População em Situação de Rua.

- Cel. Micrute fala que o problema maior é na capital e grandes centros.

- Carlos Humberto comenta que sobre moradias não vê avanço algum em nenhum município.

- **SEAB** - Sra. Dulce agora passa para o relatório da SEAB. Com programa de compra direta, segurança alimentar, restaurante popular e assistência nutricional para várias instituições que atendem a população em situação de rua do Paraná, atendem 907 entidades, beneficiam 53 mil pessoas, geração de renda para 12mil agricultores.

- **SEED** - Sra. Dulce realiza a leitura do ofício da SEED. Eliana comenta que a Educação atua como construtora e motivadora da realidade dos alunos e professores, estão sempre de portas abertas pra receberem e incluírem em qualquer época do ano que forem procurados, são membros efetivos da Rede de Proteção, dão atenção especial para crianças e adolescentes em situação de rua, estão sempre prontos para acolher toda a população, trabalham com a sociedade, acolhimento e garantia de direitos. Servem merenda alimentação balanceada; cada escola é orientada para fazer esse acolhimento. Na esfera municipal este é autônomo. Teria que perguntar aos municípios, como esses atuam na educação.

- Sra. Amélia comenta que para esse ano, quase não houve aulas presenciais, mas para o próximo ano seria interessante saber se é dada uma atenção maior para as crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade. Sra. Dulce pergunta se no Estado tem essa informação. Eliana fala que não tem como identificar essa

		<p>questão, mas que pode levar para a chefia. Dulce pergunta se precisa de ofício para poder ser colocado como ponto de pauta para uma próxima reunião. Ficou de ser incluído esse item para uma pauta posteriormente.</p> <p>- SESA - Sra. Dulce lê o relatório da SESA e o relatório da SESA, e Lucimar Rosane e Mariza comentarão os pontos. São ações e promoções em vigilância em saúde, comentaram d os agravos da tuberculose na população de rua que é 56 vezes maior nessa população, esses dados de 2019, falou que tem testes rápidos para atestarem e tratamento efetivo, as pessoas infectadas são levadas para o Hospital São Sebastião na Lapa, também tem muitos casos de hepatite viral. Em 2014 institui-se o comitê técnico para população em situação de rua, seguindo o Decreto federal nº 577043, composto por representante do Conselho Estadual de saúde, e do Conselho dos Secretários de Saúde Criou-se os consultórios de rua em vários municípios do estado. SESA leva tratamento e atua nos 399 municípios do Estado, incluindo a PSR, com tratamento prioritário. Plano de enfrentamento ao Covid 19, combate a pandemia, plano de contingência com orientação aos municípios.</p> <p>Os relatórios dos Estados foram finalizados.</p>
--	--	---

	Relatório dos municípios.	<p>Sra. Dulce informa ter recebido o relatório dos municípios que chegaram por último: Campo Bonito e Matelândia, para serem incluídos com os demais. Realiza a leitura do relatório de Matelândia pois o de Campo Bonito já havia sido apresentado aos membros do Comitê.</p> <p>O município de Matelândia reafirma o compromisso com a População em Situação de Rua que é oferecido pelo município, por ser uma região fronteira a PSR é migratória, o acesso aos serviços ocorre com o CadÚnico pelo Serviço Social. Matelândia têm somente três pessoas cadastradas como PSR, sendo que dois não estão mais no município e a terceira pessoa informou à assistente social que saiu da situação de rua, pois está empregada e tem sua casa para morar.</p> <p>Minuta de Relatório CIAMP na Intersetorialidade: Aprovado pelo comitê.</p>
--	----------------------------------	---

	Logomarca CIAMP/ Pr.	<p>Dulce fala sobre um protocolo que foi enviado ao CIAMP pelo chefe do DEDIF determinando que os ofícios de hora em diante deverão ser encaminhados pelo CIAMP com a logomarca do CIAMP e não mais com a logomarca do Estado. Por isso o CIAMP necessita criar a sua própria logomarca. Cel. Micrute comenta que criar uma logo demanda tempo, definir uma logo que represente o Estado e a população de rua.</p> <p>Sra. Dulce informa que em 2018 houve tentativas de criar uma logo, mas o comitê não aceitou as sugestões, não houve consenso de aprovação das que a SEJUF apresentou. Entretanto com a determinação da chefia do DEDIF, o CIAMP precisa urgente de sugestões para se criar essa logo. Dulce comunica que deve levar sugestões para a assessoria da comunicação para a criação da Logo do CIAMP. Cel. Micrute sugeriu uma coruja com olhar atento, aos seus cuidados um animalzinho que cuida e protege os seus, sugeriu também um pinheiro representando o Paraná e/ou Gralha Azul. Julia compartilhou um link no chat com sugestões. Dulce sugere que seja alguma coisa que represente de alguma forma o que é o CIAMP. Amélia sugeriu um sol iluminando. Cel. Micrute sugere colocar as letras enfatizando CIAMP PR. Dulce fala que a Logo tem que ter algo que identifique o Estado do Paraná pois outros estados também tem CIAMP.</p>
NOVEMBRO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
NOVEMBRO	Relato da Comissão Eleitoral 2020 CIAMP.	<p>Taisa da DPPR faz o relato das eleições Sociedade Civil e sobre a postergação das inscrições para as entidades concorrerem à vaga ao Comitê. Não houve quantidade de inscritos suficientes por causa disso o edital será postergado até o dia 27/11/2020. Até dia 17 haviam 3 inscrições – Cornélio Procópio, Ponta Grossa e CRP.</p> <p>A comissão decidiu abrir novo cronograma para novas inscrições. Prorrogado cronograma das inscrições, postergada para o período de 18 à 27 de novembro, prazo para os escritórios regionais até 30/11/2020. A análise da Comissão Eleitoral até dia 01 à 03/12; Publicação da relação das organizações habilitadas e inabilitadas</p>

	<p>04/12/2020; A apresentação de recursos pelas Organizações inabilitadas até dia 08/12; Publicação da relação definitiva das ONGs e 21 OSCs habilitadas e inabilitada até 10/12/20; apresentação oral da instituição pelo seu representante via online, será dia 15/12/2020; um link será fornecido pela Comissão da Eleição; Ato de carregamento das organizações habilitadas votantes candidatas na plataforma até dia 16/12/2020; data do processo eleitoral dia 16/12/20; Análise dos resultados da 24 Eleição pela comissão Eleitoral, dia 17/12/2020 Publicação do resultado final do processo eleitoral com os candidatos eleitos, dia 18/12/2020; Envio para publicação do Decreto com os Membros Eleito, dia 08/01/2021; posse dos Membros representantes das ONGs e OSCs eleitas, acontecerá em fevereiro de 2021.</p> <p>Foi pedido mais divulgação para a Sociedade Civil, é muito importante que as entidades se inscrevam. Sra. Dulce falou que faremos 30 pelo Meet, também que precisamos conseguir mais inscrições. Vanessa falou que o Mãos Invisíveis também irá se inscrever, (mas acabaram não se inscrevendo). Dulce passou a informação do novo cronograma pelo chat e por whats.</p>
--	---

Andamento Projeto Moradia Primeiro.

A técnica Ana Raggio foi convidada e atualizará os membros do Comitê. Informa que inscreveu o projeto junto ao Governo Federal o prazo era até sexta feira dia 13/11. Tiveram uma reunião, eles avaliaram, pediram para modificar alguns pontos Propósito do Governo Federal ser até dia 20/11/20; até a presente data não houve resposta. Disseram que o projeto estava muito bem elaborado. A guardando 2 emendas parlamentares uma de 300 mil reais, nessa emenda, 200 mil serão para investimentos e 100 mil para custeios. Foi previsto direcionar as vagas para LGBTs, Trans 3 ou 6, LGBTs ou casais, indivíduos ou até famílias. Contratação de 1 técnico, aluguéis, água luz, gás, aquisições de utensílios no total precisa de uma contrapartida de 2% seria um valor de R\$10.725,95;

outra emenda será no valor de 500 mil direcionados só para custeios, aluguéis e pagamento de pessoal com 12 unidades domiciliares que será passado para famílias, casais, água luz e aluguel; com a contratação de 2 educadores, 1 coordenador, 2 agentes. Pode haver alterações no projeto, por exemplo na cotação de casas, para ver o custo- benefício. Essas alterações podem alterar o valor, pode ter alguma soma ou diminuição. No projeto de 12 pessoas, serão 2 unidades para mulheres, 2 para casais, pois o município de Curitiba não tem acolhimento para casais, 2 pelo menos para 6 homens, 6 pessoas negras, pode ser homens ou 6 pessoas negras podendo também ser 1 homem ou

1 casal, LGBT ou não. Aquisição desses bens devem ser feitos pelo Governo do Estado.

Sra. Dulce pergunta sobre mulheres grávidas. Ana especificou que está em mulheres em geral, incluindo mulheres grávidas. Esse projeto de aquisição de 300 mil será em até 6 meses; o processo é pouco demorado, os 100 mil restantes devem ter o planejamento da Sociedade Civil, assim como os outros 500 mil. Dentro do governo não tem pessoal para isso. Esse projeto é o primeiro no Brasil do INRUA. Ana Raggio deu continuidade ao projeto, agradeceu a inclusão de pessoas Trans, envolvendo realmente os mais necessitados, fala da aquisição de equipamentos, educadores sociais, pergunta se eles podem ser dos movimentos sociais, pois seria o fundamental para dar certo; solicita que um grupo menor do CIAMP se informasse sobre isso. Pediu para enviar o projeto para todos, para saberem como está o desdobramento do projeto. Ana fala que a organização do projeto deve ser de quem pegar o projeto e deverá enviar o relatório bimestralmente, por isso tem a necessidade de expertise da equipe para lidar com essas questões. Ainda tem muito a se fazer: tem que terminar o projeto, publicar e mandar e com aprovação do Edital. Demora mais uns seis meses, pode haver algumas alterações, só poderemos fazer possíveis alterações depois que o governo aprovar o projeto. Julia pede quando puder trazer esse projeto, para as pessoas interessadas da POPRUA nessa demanda possam ler e acompanhar e agradece a dedicação da Ana.

- Sra. Antônia pergunta como farão a escolha das pessoas que farão parte do projeto. Ana fala que a ideia é para acompanhar sugeriu que a Sociedade Civil faça essa avaliação. No caso seria para 12 pessoas que estão há menos de cinco anos na rua, e posteriormente para quem está há mais de cinco anos em situação de rua. Pediu que vejam por território; ela colocou a regional matriz de Curitiba e demais cidades. Terá que ser feito um termo de cooperação, um diálogo de como fazer, poderá ser feito mais pra frente.

- Ana Raggio diz que temos que aguardar a aprovação do projeto e que teremos espaço para mais contribuições. Ana agradece o espaço e o reconhecimento de todos pelo seu trabalho e de reconhecer as políticas, e assim que tiver novidades, trará notícias.

**Resolução nº40 do
CNDH.**

A Patrícia do DAS faz alguns comentários sobre essa resolução, que trata dos direitos da POPRUA, envolve vários órgãos públicos. Cada política atende a sua parte, citou exemplo do IBGE sobre levantamento de pessoas em situação de rua; no caso da assistência tem algumas normativas, foco nos LGBTs ou casais, pois essa população não é acolhida; essa resolução nº.40 reafirma isso. Pessoal da Justiça, Saúde, fala da questão de individualidade tem os considerando que cada política deve fazer. Importância da capacitação dos profissionais da área.

Dulce comenta que a resolução foi feita agora, e existe uma possível demora para ser cumprida. Amélia fala sobre a interiorização e a intersetorialidade, que veio em um momento importante para começar aplicar essa resolução. Tamires também fala da política intersetorial, de necessidade de capacitação das pessoas que estão na prática, Segurança Pública, Saúde, deve ocorrer capacitação.

Dulce comenta que o público tem dificuldade de se auto capacitar, que o comitê pode fazer alguma sugestão de demanda, dentro do que compete o Estado. Pede para todos se dedicarem a lerem essa resolução para que o Comitê possa propor alguma sugestão.

Táisa acha importante essa consideração sobre todas as políticas públicas. Patrícia fala sobre articulações. Carlos fala para todos estudarem mais essa resolução participar de cursos, para ficarem mais preparadas. Patrícia concorda que dá mais segurança para saber acolher ou trabalhar com o POPRUA. Carlos fala para que todas as políticas andem juntas. Eliana fala da documentação na hora da matrícula, flexibilização, fazer apontamentos, sugestões.

Dulce acha ótimas as sugestões. Pode se colocar dessa forma e trazer para a próxima reunião. Informa que em Janeiro não haverá reunião do comitê, em Fevereiro é posse dos membros com o novo grupo.

**Agressão
o contra
PSR no
bairro
Parolin –
Curitiba.**

Carlos relata sobre agressão sobre uma pessoa em situação de rua, dependente química, que chegou na lixeira de uma residência para pegar material reciclável e foi muito agredida por um segurança privado no bairro Parolin. É uma moça que mora num terreno baldio, perto da Colmeia.

Carlos continua falando que os seguranças privados sempre agredem muito os mais vulneráveis que estão na rua. Vanessa pede para que o caso seja investigado. Eles têm provas com nome das pessoas do segurança e da empresa, solicita intervenção da Defensoria Pública. Taísa fala que passará contatos do NUCID, site e e-mail. Patrícia fala para o CIAMP enviar nota por escrito para o sindicato das empresas de segurança privada. Vanessa acha que terá retaliação para cima do POPRUA. Vanessa sugere que seja feita de uma forma bem ajustada com a Polícia Militar, deverá ser feito de forma intersetorial, Segurança Pública, Defensoria, Gaeco. Dulce fala que o responsável é a empresa de segurança. Vanessa comenta que os seguranças muitas vezes são policiais militares, guardas municipais que fazem essa segurança privada. Dulce pede sugestões. Vanessa sugeriu notas do CIAMP para o Conselho Municipal de Direitos Humanos. DPU. Fazer algo mais amarrado. Cel. Micrute diz que é a empresa privada e essas atitudes devem ser denunciadas, se for policial, será submetido ao Conselho; policial não pode ter essas atitudes. Vanessa fala que se deve fazer algumas coisas para as empresas de segurança privada, urgente um tipo de notificação. Cel. Micrute fala que se deve enviar notificações para a Prefeitura, Polícia Militar, Polícia Federal, Sindicatos, comentou que a PM, prende essas pessoas, que muitas vezes nem tem alvará para esse trabalho.

Dulce pergunta o que o Comitê quer fazer, enviar denúncia para o NUCID ou para a Polícia? Vanessa fala em fazer uma Recomendação tanto para o sindicato como para Polícia Militar. Vanessa fará a minuta e enviará para análise do grupo que deverá ser enviada para Empresas, Delegacias, Polícias Estadual,

		NUCID e Prefeitura. Cel. Micrute disse que é importante fazer denúncias na delegacia para investigação.
DEZEMBRO 2020		
MÊS	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
DEZEMBRO	Relato Da Comissão de Eleição.	<p>Sra. Keity F. da Cruz, representante do MP/PR relata sobre o processo de início da eleição desde os meados de outubro de 2020, com a participação do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento Nacional da População de Rua e SEJUF. Os trabalhos foram elaborar e aprovar o edital de eleição, e a análise das documentações enviadas pelas entidades que se candidataram. Houve muita colaboração dos Escritórios Regionais, sensibilizando Instituições a participarem, bem como com a documentação das Instituições concorrentes.</p> <p>Sra. Dulce agradece a Keity e comenta que conseguimos interiorizar com a Casa da Acolhida Vila Vicentina de Ponta Grossa, e com a Ação Social Bom Samaritano Procopense de Cornélio Procópio; as outras eleitas foram a OAB/PR e CRP/PR ambas com sedes em Curitiba. Ainda confirmou que OAB é Sociedade Civil, tínhamos algumas dúvidas quanto a isso, mas foram esclarecidas.</p>

	<p>Apresentação dos vencedores da Eleição.</p>	<p>Foram apresentados os novos membros.</p> <p>Keity falou sobre a análise das entidades da Sociedade Civil, que quando olhou a documentação e o relatório do CRP, viu que realmente a OAB faz parte da Sociedade Civil.</p> <p>Avaliou que muitas questões dos Direitos Humanos, os Comitês e os Conselhos são importantes, porque conseguem ver onde acontecem essas transgressões, sente que o CRESS está tentando fazer o máximo que pode, e completa que esse trabalho Home office ficou muito difícil para todos. Sra. Dulce propõe que se pode realizar live's para uma capacitação para os profissionais que atendem POP Rua e ou os CAPS, que poderemos programar para 2021.</p> <p>João Victor – CRP, citou exemplos com comunidades terapêuticas onde o CRP atua, esclarecendo como deve ser a atuação dos profissionais da área de psicologia. Fala como foi trabalho de conscientização das entidades, como a população deve ser tratada, com mais clareza para os profissionais. Sugere fazer uma troca de experiência entre os membros. Amelinha comentou que isso dá muito certo em todos os lugares e se apresentou para todos.</p> <p>Julia – CRP, justificou ausência na reunião de eleição por motivos de trabalho externo, e agradece que o João Victor se fez presente.</p> <p>Sra. Nazaré da Instituição do Bom Samaritano de Cornélio Procópio se apresenta, conta que é assistente social.</p> <p>OAB e CRP já participavam do Comitê e todos os conhecem.</p> <p>Dulce comenta que no mês de fevereiro haverá as apresentações novamente, quando acontecerá a Reunião oficial de Posse.</p> <p>A Sra. Nazaré só não conhece a Patrícia da Assistência Social, que fará a apresentação do trabalho da Assistência Social; Lucimar e Rosane da SESA se apresentam e como sempre estão à disposição, ambas são assistentes sociais.</p> <p>Julia do CRP, conta que também faz parte da comissão dos direitos humanos.</p>
--	---	--

	<p>Denise se apresenta informando que é membro especialista da COHAPAR, trabalha na área social da comissão do Estado, está há 3 anos no Comitê. Dulce explica que temos membros com direito de voz e voto, e os especialistas que têm direito a voz e não de voto que orientam o Comitê nas dúvidas em diversas áreas, citou que os órgãos: COHAPAR, DP, OAB, MP são membros especialistas. Entretanto com a eleição a OAB agora é membro com direito de voz e voto. A pretensão é que quando conseguirmos mudar a lei do CIAMP, incluiremos a COHAPAR como membro votante; explicou que o comitê tem eleições para a sociedade civil, de 2 em 2 anos, 1ª gestão com direito a mais uma recondução. Três instituições serão novas, o MNPR tem vaga cativa no CIAMP Rua/PR, pois são objeto da discussão, portanto não concorre em eleição.</p> <p>Franciele de Ponta Grossa chega na reunião, explica que é da Casa da acolhida Vila Vicentina, é assistente social da casa de passagem, atende a população em situação de rua há 19 anos, são conveniadas com a prefeitura de Ponta Grossa e a Casa São Vicente.</p> <p>Eliana da SEED se apresenta, é professora do Estado. Dulce apresenta para ela os membros novos do CIAMP Franciele e Nazaré. A OAB não conseguiu participar da reunião.</p>
--	--

<p>Edição 1725 do Diário Oficial de Cianorte – Atendimento o POPRUA.</p>	<p>João Vitor (CRP), falou da Edição 1725 do Diário Oficial de Cianorte, que estão providenciando atendimento para a POPRUA, alugaram um contêiner para pessoas em situação de rua, individuais e para familiares, em função da pandemia, não sabem como vai ficar, para onde irão essas pessoas, não sabe precisar quantas pessoas foram acolhidas, o contrato acaba em 31 de dezembro de 2020. Souberam através da comissão dos direitos humanos, que passou para o CRP. No município são acolhidos mais trecheiros, pois da cidade têm cerca de 20 pessoas em situação de rua e trecheiros em torno de 100.</p> <p>Dulce solicita ao João Victor para passar essa informação por e-mail que depois de construir o ofício enviará a todo o Comitê, e pergunta como fazem com as refeições?</p> <p>João Vitor comenta que existe uma entidade que faz o acolhimento, no momento não lembra o nome da instituição.</p> <p>João Vitor fala para ver como o município fará com essas pessoas, para dar continuidade ao atendimento, depois do dia 31 de dezembro.</p> <p>Keity – MP, fala que nesse momento enviou uma mensagem para um colega do MP, que vai passar imediatamente para o promotor da região.</p> <p>Patrícia – SEJUF/DAS/CPSE, vai pedir para o Escritório Regional tomar providências, e perguntar se eles têm conhecimento dessa situação, e o que deverá ser feito pela área da assistência social.</p> <p>Dulce indaga se os membros querem que o comitê se pronuncie, os membros acham que devem intervir; ficou acordado que será feito de 3 formas, pelo MP, pela Assistência social do Estado e pelo CIAMPRua Pr, fica registrado o ofício que será enviado e também posteriormente para o grupo para conhecimento.</p>
<p>Gestão SEJUF CPPO PRUA.</p>	<p>Sra. Dulce informa que a próxima reunião será em fevereiro, quando saírem as nomeações dos eleitos. A posse dos novos membros terá que ser até dia 19/02/2021, pois os membros atuais têm mandato até o dia 18/02/2021.</p>

Responsabilidade dos dados:
PPOPRUA e CIAMP Rua/PR
Política para a população em situação de rua
Período: 01/01/2020 à 31/12/2020
Aprovado na Reunião Ordinária do dia 09 de março de 2021.

Dulce Darolt

Coordenadora

Coordenação de Políticas da População em Situação de Rua
Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania.

